



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLITICA – PPGCP

ROBSON CAETANO DA SILVA CONCEIÇÃO

**INFOCENTROS: AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA INCLUSÃO
DIGITAL, BELÉM-PARÁ (2007-2014)**

ROBSON CAETANO DA SILVA CONCEIÇÃO

**INFOCENTROS: AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA INCLUSÃO
DIGITAL, BELÉM-PARÁ (2007-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Pará, como parte dos
requisitos exigidos para obtenção do Título de Mestre em
Ciência Política.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Marise Rocha Morbach

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Conceição, Robson Caetano da Silva
Infocentros: avaliação da sustentabilidade da inclusão digital,
Belém-Pará (2007-2014) - 2017.

Orientadora: Marise Rocha Morbach
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em
Ciência Política, Belém, 2017.

1. Inclusão digital - Belém (PA), 2007-2014. 2. Tecnologia da
informação. 3. Comunicação e tecnologia. 4. Sustentabilidade. I.
Título.

CDD 22. ed. 303.4833098115

**INFOCENTROS: AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA INCLUSÃO
DIGITAL, BELÉM-PARÁ (2007-2014)**

Aprovado em ___/ ___/___

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Marise Rocha Morbach
Orientadora
PPGCP – UFPA

Prof. Dr. Bruno Rubiatti
PPGCP - UFPA

Prof. Dr. Fábio Castro
NAEA - UFPA

DEDICATÓRIA

A minha esposa Juliana dos Santos e ao meu filho,
Rafael Conceição. Aos meus pais, Ademir
Conceição e Maria Corrêa, meu irmão, Ademir
Corrêa Conceição.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os meus familiares e amigos que estiveram colaborando para o desenvolvimento deste trabalho, com apoio acadêmico ou pessoal. Neste sentido, minha esposa, Juliana Gomes dos Santos, e meu filho, Rafael Caetano dos Santos Conceição, são os grandes incentivadores na minha jornada acadêmica. Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP-UFGPA) e em especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marise Rocha Morbach, que acompanhou o trabalho com atenção e dedicação. Agradeço ao Grupo de Pesquisa de Sociabilidade Online, coordenado pela professora Marise Morbach, pois que os encontros foram fundamentais à troca de experiência e ao desenvolvimento do tema proposto neste trabalho.

“Não adianta ter o material físico se não tem o material humano”.

Frase de um membro da comunidade pantanal.

RESUMO

O presente trabalho analisa as dificuldades da sustentabilidade de uma política pública de inclusão ocorrida no Pará. O objeto de estudo foi o Infocentro, espaço de inclusão digital do Programa NavegaPará no período de 2007 a 2014, em Belém. O trabalho apresenta a importância dos vínculos institucionais e pessoais, presentes nos Infocentros, ao entendimento da dinâmica da relação entre o Estado e sociedade, descrevemos os espaços de inclusão digital em seus desdobramentos associativos em redes e nas parcerias firmadas para a sustentabilidade e manutenção desses espaços. O Programa tinha como finalidade a integração dos 144 municípios do Estado, a partir de uma rede de telecomunicações. Como um dos produtos do NavegaPará, os Infocentros eram organizados em diretrizes normativas com o objetivo de expandir a democratização do acesso da população às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O Programa envolveu modalidades de gestão e formas de parcerias que favoreciam a formação de vínculos institucionais entre governo e sociedade. Por meio de editais públicos, o NavegaPará selecionava as propostas de entidades interessadas na implantação dos Infocentros. Observamos a implantação dos Infocentros no governo de Ana Júlia Carepa (PT) no período de 2007 a 2010. Depois comparamos a sustentabilidade dos Infocentros no governo de Simão Jatene (PSDB) no período de 2011 a 2014. Constatamos a completa desarticulação do Programa e a perda dos vínculos organizados para a implantação dos Infocentros em Belém. Concluímos que houveram equívocos quando da implantação do NavegaPará em sua projeção de expansão pelo território paraense. Posteriormente, houve o abandono das diretrizes do Programa com a sistemática desarticulação das parcerias entre governo e sociedade.

Palavras-Chave: Estado, Governo, Inclusão Digital, Infocentros, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present study analyzes the difficulties of the sustainability of a public policy of inclusion that took place in Pará. The study was the Infocentros, space of digital inclusion of the NavegaPará Program from 2007 to 2014, in Belém. Institutional and personal, present in the infocentros, to the understanding of the dynamics of the relationship between the State and society, we describe the spaces of digital inclusion in their associative unfolding in networks and in the partnerships established for the sustainability and maintenance of these spaces. The purpose of the Program was the integration of the 144 municipalities of the State, from a telecommunications network. As one of NavegaPará's products, Infocentros were organized in normative guidelines with the objective of expanding the democratization of the population's access to Information and Communication Technologies (ICTs). The Program involved management modalities and forms of partnerships that favored the formation of institutional links between government and society. Through public notices, NavegaPará selected the proposals of entities interested in the implantation of Infocentros. We observed the implementation of Infocentros in the government of Ana Júlia Carepa (PT) from 2007 to 2010. We then compared the sustainability of Infocentros in the government of Simão Jatene (PSDB) from 2011 to 2014. We note the complete disarticulation of the Program and the Loss of the organized ties for the implantation of Infocentros in Belém. We conclude that there were misunderstandings when the NavegaPará was implemented in its projection of expansion by the territory of Pará. Subsequently, there was the abandonment of the Program's guidelines with the systematic disarticulation of partnerships between government and society.

Keywords: State, Government, Digital Inclusion, Infocenters, Sustainability

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa das cidades digitais nos municípios do Pará	22
Figura 2: Histórico de municípios com cidades digitais.....	33
Figura 3: Fotografia do Infocentro no Centro Comunitário Allan Kardec	40
Figura 4: Sede do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Piratas da Batucada.....	42
Figura 5: Fotografia dos computadores do Infocentro Ariri Bolonha.....	43
Figura 6: Fotografia do Infocentro do Centro Comunitário do Pantanal	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conjunto de ações do NavegaPará.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Relação de Infocentros Implantados por bairro da região metropolitana..... 23

Tabela 2: Relação de Infocentros com situação de funcionamento.....48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BanPará.....	Banco do Estado do Pará
CELPA.....	Centrais Elétricas do Pará
CIIC.....	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania
e-Car.....	Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados
e-Gov.....	Governo Eletrônico
Eletronorte.....	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FCTN.....	Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
GP-PARÁ.....	Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará
MC.....	Ministério das Comunicações
MCT.....	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC.....	Ministério da Educação
MPOG.....	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NEL.....	Núcleo de Esporte e Lazer
ONG.....	Organização Não-Governamental
PACOM.....	Ponto de Acesso Comunitário
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PNBL.....	Programa Nacional de Banda Larga
PT.....	Partido dos Trabalhadores
PTP.....	Planejamento Territorial Participativo
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira
REDES METRO.....	Redes Metropolitana
RNP.....	Rede Nacional de Pesquisa
TIC.....	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEPA.....	Universidade Estadual do Pará
UFPA.....	Universidade Federal do Pará
UFRA.....	Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
Os infocentros na política de inclusão digital	14
Infraestrutura e Acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação	28
CAPÍTULO 2	30
A política de inclusão digital: navegapará e focentros.....	30
Editais e Decretos: os vínculos institucionais nos infocentros	32
Diretrizes do Navegapará e a política de editais: aspectos decisivos.....	36
CAPÍTULO 3	41
As dificuldades de sustentabilidade da política de inclusão digital	41
O descompasso entre as diretrizes do programa e os problemas de gestão	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
APENDICÊS	58
ANEXOS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as dificuldades da sustentabilidade de uma política de inclusão digital em um contexto onde vínculos institucionais são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico da população. A inclusão digital é um desafio colocado aos governos com o advento das tecnologias informacionais. Desafios aos orçamentos e a capacidade técnica dos governos. No caso paraense, o desafio é territorial e de competência tecnológica. Somos um estado de dimensão continental e com desafios gigantescos diante dos indicadores sociais e em investimentos na infra-estrutura das TICs. Ao mesmo tempo em que temos o desafio de estruturar uma rede de fibra ótica para de fato induzir a política de inclusão digital, não temos sistema de tratamento de água na grande maioria dos municípios paraenses; assim como os índices de desenvolvimento econômico nos mantêm em patamares indianos e africanos.

O Programa de Inclusão Digital analisado neste trabalho é o NavegaPará e o objeto de estudo é um instrumento de implantação do programa: o Infocentro. O período compreendido na análise é o de 2007 a 2014, envolvendo dois governos distintos. O primeiro período, de 2006 a 2009, foi o período de implantação do Programa, durante o mandato de Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores (PT). O segundo período, de 2010 a 2014, compreende o mandato de Simão Jatene do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Os Infocentros são espaços públicos de inclusão digital onde são ofertados cursos de capacitação em informática. O Programa NavegaPará, oriundo da implantação do Governo Eletrônico no Pará, é um prolongamento da política de inclusão digital. De modo geral, o NavegaPará trabalha com os conceitos de e-Governo e-Governança, pois ao mesmo tempo em que amplia o acesso a serviços por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), também amplia o acesso do cidadão a ações de inclusão digital.

O mecanismo de participação popular conhecido como Orçamento Participativo estava incluído no processo de democratização da participação popular em decisões e na gestão do governo, proposto pela governadora Ana Júlia Carepa

(PT), no período de 2007- 2010. Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do Pará, em 2007, implantou ferramentas gerenciais do e-Governo nos moldes do governo municipal petista de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, em 1990, na cidade de Porto Alegre.

O Brasil é o berço em que nasce o Orçamento Participativo e todas as ferramentas tecnológicas do OP e que resultaram no Planejamento Territorial Participativo, no e-Car e nas demais políticas de inclusão digital como Infovias; Redes Metropolitanas; Cidades Digitais; Infocentros e Pontos de Acesso Livre. Assim como importou os modelos de participação territorial, da experiência do governo de Olívio Dutra, a gestão petista, no Estado do Pará, também importou o Sistema de Monitoramento do Paraná, permitindo a inclusão digital dos conselheiros do PTP, estabelecendo as bases para a criação do Governo Eletrônico (e-Gov) no Pará.

O Programa NavegaPará necessitava de uma rede de cooperação técnica para cumprir seus objetivos e expandir serviços aos 144 municípios paraenses. Com a mudança administrativa do governo do Estado em 2010, assumindo Simão Jatene (PSDB), o programa de inclusão digital tomou rumos diferentes, passando por adaptações técnicas, revisões de acordos e reformulações administrativas.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta os Infocentros como parte das ações de inclusão digital do NavegaPará e como mecanismo de participação popular. Também, apresentamos a forma como foram elaborados os acordos de estruturação das redes de telecomunicações para o desenvolvimento do Programa de Inclusão de Digital. Nesta secção também são apresentadas as finalidades do Programa, o nascimento do governo eletrônico no estado e a distribuição das cidades digitais no estado e a distribuição dos Infocentros, em Belém.

No segundo capítulo apresentamos o formato institucional do NavegaPará e as diretrizes de implantação dos Infocentros, bem como a situação de funcionamento desses espaços de inclusão digital, em Belém. Também são apresentados como se desenvolveram os acordos de cooperação técnica e os decretos que modificaram a atuação do Programa e a atuação dos Infocentros.

No terceiro capítulo fizemos a interpretação dos dados obtidos através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) e cruzamos as informações obtidas por meio das entrevistas de campo junto às entidades. Apresentamos a situação dos Infocentros em três categorias: Ociosos; Desativados e Ativos. Onde “ociosos” são os Infocentros que não estão desenvolvendo atividades de inclusão digital, seja por falta de manutenção dos equipamentos ou por falta de instrutores; “desativados” são os que não possuem mais vínculo com o Programa e, os “ativos”, são os que ainda estão desenvolvendo atividades.

Concluimos que as ações do governo se dão por meio de decretos e editais, o que não garantiu a sustentabilidade dos Infocentros, pois que as redes de vínculos institucionais promovidas pelo *governo eletrônico* se desdobram em políticas de acesso a internet; ao não garantir os custos de manutenção dos espaços, os vínculos são quebrados. Revela-se, assim, que não são as relações interpessoais o que garante a sustentabilidade dos Infocentros; e, sim, os vínculos institucionais.

Quando não abrigados em instituições do estado, o encerramento das atividades dos Infocentros nos centros comunitários é quase que imediata. Denota-se que a política de inclusão digital deve ser prevista como política de longo prazo, tanto nos recursos orçamentários, quanto no gerenciamento das demandas geradas da interação governo e sociedade.

CAPÍTULO 1

OS INFOCENTROS NA POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL

Os Infocentros são espaços de inclusão digital desenvolvidos para realizar diversas atividades, entre elas o acesso a serviços de capacitação profissional por meio de cursos de informática básica, acesso gratuito à internet e outros serviços. Esses espaços são inseridos no Programa de Inclusão Digital do Pará e tem por objetivo a inclusão sócio digital e a cidadania, pois utilizam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para facilitar o acesso à informação e aos serviços públicos.

O Programa de Inclusão Digital do Governo do Estado do Pará foi criado em 2007, durante o mandato da Governadora Ana Júlia Carepa (PT), com o nome de “NavagaPará”, entre as finalidades estão a de integrar os 144 municípios do Estado a partir de uma rede de telecomunicações. Tinha como objetivos específicos: 1) Integrar os 144 municípios do Estado com uma rede de telecomunicações de dados sustentáveis e de alta capacidade; 2) Democratizar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação através de espaços de inclusão digital (Infocentros) e pontos de acesso livre; 3) Contribuir com a melhoria da qualidade da educação para que alunos de escolas públicas utilizem novas metodologias de aprendizagem e acessem maior volume de conteúdos curriculares e extracurriculares; 4) Contribuir com a inclusão social de grupos com necessidades especiais e pessoas de baixa renda; 5) Ampliar o acesso à informação governamental e aos serviços públicos colocados a disposição da população, facilitando a integração dos diferentes órgãos públicos e proporcionando a cidadania plena; 6) Promover, através de políticas públicas, a inclusão digital no Estado objetivando diminuir a disparidade regional, no que se refere ao acesso das tecnologias da informação e comunicação.

O advento das novas tecnologias compreende um campo de estudo de administração de territórios. As cidades, por exemplo, investem em telecomunicações para ampliar a gestão e a sustentabilidade na perspectiva digital.

No Pará o *governo eletrônico* tem sua origem em meados de 2001 quando o até então governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), assina o Decreto Nº 4.827/2001 dispondo a implantação do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GP- PARÁ) com o objetivo de fiscalizar e controlar programas e obras do governo. Com o decreto o *governo eletrônico* ainda não estava diretamente relacionado com a ampliação do acesso a serviços públicos - como os de iniciativas de acesso a novas tecnologias, serviços de informação ao cidadão, participação social, etc. -, mas era concebido como modelo gerencial e de transparência da gestão pública.

O GP-PARÁ aperfeiçoou a gestão estadual centralizando outros sistemas da administração pública como o Sistema de Gestão do PPA do Estado do Pará (GEpPA), Sistema de Material e Serviços (SIMAS), Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), Sistema de Orçamento do Estado (SORE), etc. As mudanças, no entanto, de ordem administrativa permitiram que a concepção de do *governo eletrônico* fosse ampliada nos processos administrativos do governo. Age (2012) considerou que o GP-PARÁ deu transparência ao governo e abriu portas ao *governo eletrônico* com participação social implementado no governo de Ana Júlia Carepa (PT) no mandato de 2007 a 2010. Age (2012) considera que foi somente no governo de Ana Júlia que foi possível estimular o e-Governo no sentido da participação popular em processos decisórios sobre implantação de políticas e de fomentar um programa de inclusão digital.

A instalação do Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados, o e-Car; e com a implementação do Planejamento Territorial Participativo (PTP)¹, associando algumas conceituações de e-Governo com a e-Governança. O primeiro remonta às ações do governo na disponibilização de serviços e acesso à informação; o segundo aborda o papel do cidadão no

¹ O PTP é um mecanismo da gestão pública de definição e discussão de políticas públicas juntamente com a participação social. Sobre o PTP no caso paraense, ver AGE, Yuri. *O PTP e as limitações para a efetivação de políticas públicas: participação popular no governo de Ana Júlia Carepa (2007-2010)*. 2012. 90 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

processo decisório em mecanismos virtuais. O modelo de gestão participativa instalado pela ex-governadora Ana Júlia Carepa, teve como base o Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre.

Ana Júlia Carepa trabalhava com duas fortes marcas em seu governo, em termos de atuação: o primeiro era a proposta de criação da Superintendência do Planejamento Territorial Participativo e o segundo a implementação do NavegaPará, programa de inclusão digital no estado. O OP, segundo Silva et al. (2012) teria um custo em torno R\$ 366.720.000,00, mas houve forte resistência em relação ao projeto por parte do legislativo², pois a oposição ao governo e parte dos aliados acreditava que a proposta poderia fortalecer a relação do governo petista com a sociedade. Essa relação entre o Executivo e o Legislativo é importante para a produção de políticas públicas que tentam agregar maior participação da sociedade.

Em segundo lugar, o NavegaPará como marca de governo foi bem sucedido desde a proposta de implementação até o funcionamento de suas atividades. O programa acabou se tornando o carro chefe do governo petista no estado paraense, já que, de modo geral, o NavegaPará trabalha com os conceitos de e-Governo e e-Governança e ao mesmo tempo em que se propões a ofertar serviços digitais, também se propõe a dar acesso ao cidadão às ações voltadas à inclusão digital. No entanto, essa característica marcante do projeto foi deixada de lado com o advento dos seqüentes governos do PSDB e a desestruturação do projeto ao longo dos anos, em termos de acesso comunitário, como será visto no decorrer deste trabalho.

O *governo eletrônico* tem um duplo sentido dentro do processo de desenvolvimento, um ligado ao acesso a informação e outro ligado a “modernização da administração pública”. Diniz et. al (2009) diz que a idéia de governo eletrônico surgiu a partir da estruturação do comércio eletrônico e que o uso das TICs penetrou nas formas de governo tornando. Ao propor a análise do e-

² Sobre a relação do governo de Ana Júlia Carepa (PT) e o legislativo do estado ver SILVA, Dolores et al. *O Governo do PT no Pará e sua relação com a Assembléia Legislativa*. Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil. Org. SANTOS, André. GRILL, Igor. SEIDL, Ernesto. SOUZA, Carlos. São Leopoldo: Oikos, São Luís, EDUFMA, 2012.

Gov no Brasil, Diniz (2009) apresenta o quadro de referências em 4 etapas fundamentais: Elaboração de políticas de e-Gov; Concepção de projetos; Implantação dos projetos e Operação e manutenção desses projetos.

O conjunto de ações estruturantes representa o grande desafio para o programa de inclusão digital, dadas às dimensões territoriais e dificuldades de acesso aos demais municípios do estado, uma disparidade da concentração de infraestrutura de telecomunicações em municípios da região amazônica. Brito (2016), analisando a concentração da infraestrutura de acesso aos recursos de TICs no Brasil, identificou que a maior concentração dos municípios que não possuem acesso à internet está localizada no Nordeste e na Amazônia, destacando que entre todas as regiões do Brasil, a média de municípios com domicílios em áreas urbanas sem acesso à internet é maior na região amazônica com destaque para os municípios de Água Azul do Norte no Pará e Itamarati no Amazonas.

A construção dos objetivos de um Programa de Inclusão Digital como o NavegaPará, por exemplo, passa antes por uma política pública estrutural visando primeiramente, criar condições físicas de implantação de espaços onde à comunicação entre setores governamentais e a sociedade civil possa fluir de forma a trocarem e informações e serviços. Diniz e Ribeiro (2012) afirmam que no Brasil há poucos estudos sobre a participação do cidadão nos canais eletrônicos e isso acaba por dificultar a mensuração e os estudos sobre as implicações de projetos no âmbito da “esfera pública virtual³”. Por outro lado, há uma série de estudos que apontam para o aumento do tráfego de dados, média de pessoas com acesso a internet, etc. No entanto, a inclusão digital não se resume apenas ao acesso a internet.

Em relação ao estado do Pará, com 68,49% de sua população residente em áreas urbanas, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, os

³ O termo “esfera pública virtual” é utilizado pelo autor como referência a “esfera pública” de Habermas. Para mais informações ver: HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

dados apresentados de concentração de infraestrutura mostram que os investimentos em infraestrutura são necessários, pois a democratização do acesso às TICs é condição da participação nos serviços prestados pelo Estado. Assim, o NavegaPará é o agente da universalização do acesso à rede de computadores para que, posteriormente, programas e ações de inclusão digital sejam, de fato, implantados e efetivados.

O uso de fibra óptica de transmissão é fundamental para a estruturação da telecomunicação do Programa, como a construção e instalação de torres, postes e equipamentos necessários à recepção e transmissão de dados. Com estudos de viabilidade técnica para a implantação da rede, após a implantação, o processo passa ao estágio das ações de inclusão digital. Visando diminuir os custos, que envolvem encargos com energia elétrica, manutenção de equipamentos, etc., alguns acordos de cooperação entre órgãos estatais e empresas privadas foram celebrados. Os acordos foram fundamentais para que a transmissão dos dados chegasse aos locais de difícil acesso, acelerando o processo de implantação dos espaços públicos de inclusão digital. Acordos de cooperação técnica celebrados entre várias instituições envolvendo: a Rede Nacional de Pesquisa (RNP); Centrais Elétricas do Pará (Celpa); Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Banco do Estado do Pará (BanPará); Vale S.A; Ministério da Educação (MEC); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério das Comunicações (MC); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e a Microsoft.

Daher e Cardoso (2012) descrevem a percepção dos engenheiros da UFPA sobre as possibilidades de utilização da fibra óptica dos cabos para-raio da empresa do setor elétrico.

“Nesse contexto, os engenheiros da Universidade Federal do Pará (UFPA) vislumbraram a possibilidade de utilização das fibras ópticas existentes no cabo para-raio da linha de transmissão da Eletronorte

(ELN). Esse linhaõ possui mais de mil quilõmetros de extensõ, atravessa a densa floresta amazõnica e consegue chegar aos rincões mais distantes do estado”. (DAHER; CARDOSO, 2012, p. 188-189)

Os autores apontam a importãncia do NavegaParã para o investimento e modernizaçõ do e-Gov e para o fortalecimento econõmico das regiões interligadas, pois com o programa o estado possui uma economia mÃdia de 60 milhões de reais por ano. De acordo com a assessoria de comunicaçõ da SECTET, sõ em 2015, um termo de cooperaçõ tÃcnica celebrado para a expansõ do NavegaParã investiu cerca de R\$ 10,8 milhões para construçõ de infovias de fibra õptica. A parceria feita com o BanParã, por exemplo, proporcionou uma economia mensal de R\$ 200 mil⁴ ao Banco.

O uso dos indicadores na pesquisa anual realizada pela TIC DomicÃlios aponta como o acesso à tecnologia é um “objeto de polÃtica pÃblica”. Vaz (2015) utiliza o termo “objeto de polÃtica pÃblica” para definir o acesso às novas tecnologias em duas esferas. Primeiramente, sob o prisma do prõprio desenvolvimento econõmico e tecnolõgico e, em segundo lugar, sob o ponto de vista dos direitos e dimensões democrãticas. E sã nas dimensões do direito e da democracia que o estudo requer atençõ:

“Apesar da expansõ contÃnua e das novas formas de acesso, ainda hã muitos excluÃdos digitalmente. Os dados da pesquisa TIC DomicÃlios apontam que, no ano de 2014, 50% dos domicÃlios possuÃam algum tipo de acesso à Internet. Sobravam, portanto, outros tantos ainda sem acesso, concentrados nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste (CGI.br, 2015). Mesmo considerando que esse nÃmero vem caindo ano apõs ano, é um nÃmero expressivo que justifica, por si sõ, a açõ pÃblica.” (VAZ, 2015, p.58)

A gestõ pÃblica modernizada por meio das novas tecnologias e as hipõteses dos cidadãos interagirem de forma funcional, como instrumentos da e-

⁴ Para mais informações ver a “Expansõ do NavegaParã” em 2015 no portal de notÃcias da SECTET, DisponÃvel em: <<http://www.sectet.pa.gov.br/not%C3%ADcias/expans%C3%A3o-do-navegapar%C3%A1-interligar%C3%A1-treze-munic%C3%ADpios-paraenses-com-fibra-%C3%B3ptica>>. Acesso em: 15 de out. de 2016.

governabilidade, tanto através da oferta de serviços e informações, quanto de forma a promover e estruturar a participação em bases democráticas. Chahinet. *al*(2004) e Ruediger (2002) enxergam nos serviços on-line a capacitação política dos próprios cidadãos, os fundamentos do e-Gov seriam inseparáveis na relação governo e sociedade.

Assim implantação da infraestrutura de banda larga é essencial para as chamadas cidades digitais⁵, pois ela transforma as localidades agregando valor ao desenvolvimento dessas localidades tanto no sentido da oferta de serviços, quanto ao que se refere à capacitação profissional. Guedes e Cardoso (2012) ao estudarem a cidade de Marabá-Pará a partir de sua “estruturação espacial” afirmam que a implantação da banda larga é importante para o contexto amazônico do ponto de vista econômico, de acesso e de mobilidade, dada a dinâmica regional:

“As assimetrias existentes entre desenvolvimento regional e planejamento urbano traduzem as contradições históricas sobre os processos de ocupação da região amazônica, especialmente em Marabá, onde os grandes projetos econômicos foram implantados sem atenção para com os impactos que causariam no processo de estruturação das cidades. Embora existam ações importantes direcionadas para o enfrentamento dos problemas urbanos e sociais, a exemplo de políticas desenvolvidas no âmbito habitacional, ainda prevalecem grandes disparidades entre crescimento econômico e desenvolvimento urbano, o que tem resultado ao longo das décadas, em forte segregação sócio-espacial e urbana.” (GUEDES; CARDOSO, 2012, p. 6-7)

Guedes e Cardoso (2012) analisaram os dados da empresa de Processamento de Dados do Pará (PRODEPA), responsável pelo gerenciamento do NavegaPará, observando a quantidade de tráfego de dados nas unidades beneficiadas pelo programa em Marabá. Os autores não só observaram o tráfego de dados como a qualidade destes, no que se refere à velocidade e estabilidade do sinal.

⁵ Termo utilizado para identificar municípios que oferecem serviços e informações por meio de iniciativas digitais características do governo eletrônico.

Analisar o tráfego de dados permite observar a qualidade do sinal oferecido e demonstra, também, a qualidade da infraestrutura instalada, no entanto, em um programa como o NavegaPará que possui os Infocentros, que são os responsáveis pelas ações de inclusão digital, de fato, só o tráfego de dados não explicaria por si só a inclusão digital no Estado.

Os grandes investimentos do Pará em inclusão digital, nesse sentido, ainda estão a reboque da infraestrutura para a receptividade do sinal das redes de telecomunicações. Esse é o grande problema da interligação dos municípios do estado, pois o território paraense é o segundo maior em extensão territorial brasileira com 1.247.954,666 km² e mesmo com as ações estruturantes das redes metropolitanas (MetroBel), Cidades Digitais, Infovias, Infocentros, pontos de acesso livre e da economia nos gastos em Infraestrutura, o Pará com seus 144 municípios tinha 74 cidades com iniciativas digitais e 165 Infocentros.

Na infraestrutura projetada para o NavegaPará estão os Infocentros que são espaços para o desenvolvimento das cidades digitais, pois fazem uso das TICs para promover a democratização do acesso à internet, a inclusão digital e a governança eletrônica. Os Infocentros são organizados em diretrizes com o objetivo de expandir o desenvolvimento regional por meio da democratização do acesso da população às Tecnologias de Informação. Como o Programa envolve modalidades de gestão e formas de parcerias que apontam a formação de vínculos institucionais.

Tanto órgãos municipais, estaduais, federais e entidades do terceiro setor, quanto associações de bairro; escolas; cooperativas; entidades religiosas; etc. poderiam se tornar em um Infocentro, desde que seguissem as recomendações das políticas de acessibilidade, garantindo a manutenção e a conservação de equipamentos e dos móveis cedidos, arcando com despesas de água, energia, limpeza, etc. De acordo com as diretrizes do NavegaPará, não era ofertada a construção nem a manutenção dos espaços, apenas disponibiliza o ponto de acesso a internet, equipamentos e mobiliários, de acordo com critérios normativos descritos em editais de seleção das entidades interessados em

atuarem como Infocentros.

O modelo de gestão dos Infocentros do NavegaPará é baseado no Programa de Inclusão SocioDigital da Bahia⁶ que além de investir em infraestrutura e convênios, trata seus Infocentros como mero espaços de inclusão digital e sim como centros de formação e cidadania:

“O equipamento, cdc, diferencia-se de um mero infocentro pela sua concepção: é um espaço democrático, de participação, de busca de conhecimento, de informação, de cidadania. É do interesse público que cada unidade esteja inserida na vida da comunidade e seja assumido por ela; que faça parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.”
(OLIVEIRA, 2008, p. 145)

Os Centros Digitais de Cidadania (CDC) da Bahia são equivalentes aos Infocentros do Pará no que diz respeito aos espaços de capacitação dos usuários. Esses são os espaços onde os grandes desafios das ações de inclusão digital, propriamente dita, acontecem e onde a questão da sustentabilidade desses espaços é mais sensível.

Há na Bahia 417 municípios com no mínimo um CDC em cada, segundo dados levantados por Oliveira em 2008. Balboni destacou que em 2006 São Paulo possui 400 Infocentros em todo o Estado com mais de 1 milhão de usuários por meio do programa de inclusão digital criado em 2000, já o município de Porto Alegre que inaugurou seu primeiro telecentro em 2001 tem 58 deles em funcionamento em 2005 e em Curitiba 48 unidades funcionavam em 2006 a partir do projeto de inclusão digital implantado pela prefeitura nos anos 2000.

Na Bahia, segundo Oliveira (2008), as parcerias do programa eram feitas praticamente com as prefeituras do estado, no entanto, houve uma mudança no programa e as parcerias passaram a serem realizadas “preferencialmente com organizações da sociedade civil com capacidade de gestão”.

⁶ A Secretaria de Ciência e Tecnologia da Bahia auxiliou o governo paraense no momento da implantação do NavegaPará compartilhando o sistema de gestão.

“Em relação à mudança de mentalidade, os contratos que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (secti) assina com os parceiros locais já traduzem essa nova visão. Neles estão definidas as responsabilidades do governo do Estado e dos parceiros. Para os parceiros, além de outras responsabilidades, estão definidos que é da sua competência o link da Internet; a manutenção da infraestrutura do espaço físico; as adequações para a acessibilidade; o custeio de energia elétrica e ponto de Internet; a manutenção dos equipamentos e os gestores e monitores.” (OLIVEIRA, 2008, p. 147)

No Pará, os municípios que receberam as ações estruturantes das redes metropolitanas (MetroBel), Cidades Digitais, Infovias, as ações de inclusão digital como os Infocentros, os pontos de acesso livre e da economia nos gastos de infraestrutura, somam 74 cidades com iniciativas digitais: Abaetetuba; Alenquer; Almeirim; Altamira; Ananindeua, Anapu; Augusto Corrêa; Aveiro; Barcarena; Belém; Benevides; Bonito; Bragança; Breu Branco; Bujaru; Cachoeira do Piriá; Cametá; Capanema; Castanhal; Colares; Conceição do Araguaia; Concórdia do Pará; Curionópolis; Curuçá; Goianésia do Pará; Igarapé-Açu; Igarapé-Miri; Inhangapi; Irituia; Itaituba; Itupiranga; Jacundá; Mãe do Rio; Magalhães Barata; Marabá; Maracanã; Marapanim; Marituba; Moju; Nova Timboteua; Novo Repartimento; Ourém; Ourilândia do Norte; Pacajá; Paragominas; Peixe-Boi; Primavera; Quatipuru; Rurópolis; Salinópolis; Salvaterra; Santa Bárbara do Pará; Santa Isabel do Pará; Santa Maria do Pará; Santarém; Santarém Novo; Santo Antônio do Tauá; São Caetano de Odivelas; São Domingos do Capim; São Félix do Xingu; São Francisco do Pará; São João da Ponta; São João de Pirabas; São Miguel do Guamá; Senador José Porfírio; Soure; Tailândia; Terra Alta; Tracuateua; Trairão; Tucuruí; Ulianópolis; Uruará e Vigia.

O mapa abaixo mostra a distribuição das cidades digitais no território paraense e sua concentração na região metropolitana de Belém, no período de 2007 a 2014, cerca de 34,5% dos Infocentros implantados no Estado, e a grande maioria está localizados em bairros periféricos da cidade, sendo que 15 deles interligados à órgãos públicos e 41 interligados a entidades do terceiro setor, de acordo com os dados obtidos pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e

Educação Técnica e Tecnológica do Pará (SECTET):

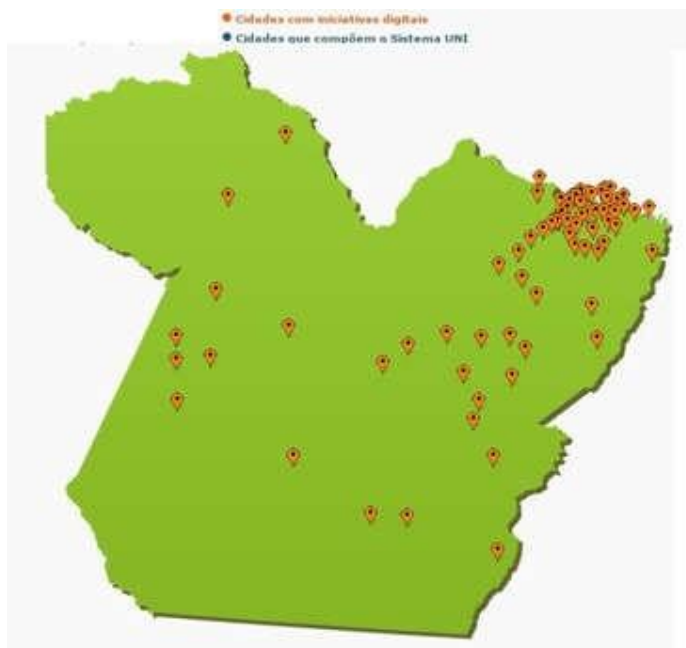


Figura 1: Mapa das cidades digitais nos municípios do Pará. Fonte: http://redecidadedigital.com.br/mapa_pa.php

No último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, foi registrada uma população de 1.393.399 habitantes, com estimativa de 1.439.561 para o ano de 2015. Por ser região metropolitana, o município de Belém é o mais populoso do Estado e conta com 75 bairros: Aeroporto; Água Boa; Águas Lindas; Águas Negras; Agulha; Ariramba; Aurá; Baía do Sol; Barreiro; Batista Campos; Benguí; Bonfim; Brasília; Cabanagem; Campina; Campina de Icoaraci; Canudos; Carananduba; Caruara; Castanheira; Chapéu-Virado; Cidade Velha; Condor; Coqueiro; Cotijuba; Cremação; Cruzeiro; Curió-Utinga; Farol; Fátima; Guamá; Guanabara; Icoaraci; Itaiteua; Jurunas; Mangueirão; Mangueiras; Maracacuera; Maracajá; Maracangalha; Marahú; Marambaia; Marco; Miramar; Mosqueiro; Murubira; Natal do Murubira; Nazaré; Outeiro; Paracuri; Paraíso; Parque; Guajará; Parque Verde; Pedreira; Ponta Grossa; Porto Arthur; Praia Grande; Pratinha; Reduto; Sacramento; São Brás; São Clemente; São Francisco; São João do Outeiro; Souza; Sucurijuquara; Tapanã; Telégrafo; Tenoné; Terra Firme; Umarizal; Una; Universitário; Val-de-Cães e Vila.

Desses bairros, 28 apontam a existência de Infocentros, sendo que em

alguns bairros apontavam a existência de mais de 1 Infocentro por região. Na tabela abaixo podemos visualizar os bairros e o número de Infocentros implantados(?) em cada um deles:

Bairros	Nº de Bairros	Nº de Infocentros
Aeroporto – Mosqueiro	1	1
Água Boa – Outeiro	1	1
Baia do Sol – Mosqueiro	1	1
Barreiro	1	2
Bengui	1	5
Caruara – Mosqueiro	1	1
Condor	1	1
Coqueiro	1	1
Curió-utinga	1	3
Guamá	1	5
Icoaraci	1	2
Itaitéua – Outeiro	1	2
Jurunas	1	4
Mangueirão	1	2
Marambaia	1	1
Marco	1	2
Nazaré	1	2
Nova Marambaia	1	1
Parque Verde	1	1
Pedreira	1	3
Reduto	1	1
Sacramenta	1	3
São João do Outeiro – Outeiro	1	2
Tapanã	1	1
Telégrafo	1	2
Terra Firme	1	3
Umarizal	1	2
Val-de-Cães	1	1
Total	28	56

Tabela 1: Relação de Infocentros Implantados por bairro. Fonte: criada pelo próprio autor com base nos dados obtidos pela SECTET.

Os dados apresentados na tabela são referentes às informações fornecidas pela SECTET, no entanto, após as entrevistadas de campo foi constatado que um número significativo de Infocentros das entidades do terceiro setor foram desativados e/ou não estão em funcionamento.

INFRAESTRUTURA E ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As TICs possuem papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das regiões em que são implementadas. Essa dupla característica é resultado do avanço da infraestrutura dessas tecnologias que ao mesmo tempo movimentam a economia local e contribuem para o acesso a bens e serviços públicos. No entanto, um fator determinante à estabilidade e qualidade dessa infraestrutura é o fator “área geográfica”. Áreas afastadas dos grandes centros urbanos e de difícil acesso são freqüentemente prejudicadas em relação ao avanço tecnológico. O caso do estado Pará é um exemplo, levando em relação seu vasto território e dificuldades de acesso a municípios e outras localidades que só possuem acesso por via fluvial, a questão da inclusão digital ainda caminha pelas básicas questões estruturais.

Grandes estruturas físicas não fazem parte da realidade de determinadas localidades, mas a tecnologia móvel acaba por contribuir para o acesso a informação e comunicação com maior velocidade, levando em consideração, também, a expansão dos smartphones no mercado. Muitas vezes, o acesso a informações e serviços não mais se resume ao uso de computadores e sim ao uso do celular.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014 revelou essa tendência, onde o número de telefones móveis ultrapassa o número de microcomputadores nas residências.

“O uso do telefone celular para acessar a Internet ultrapassou o uso do microcomputador nos domicílios brasileiros, destacando-se a Região Norte, que apresentou a maior proporção desse uso (92,5%). Em 2013, o uso do microcomputador predominava em todas as Grandes Regiões, com exceção da Norte. Em 2014, apenas nas Regiões Sudeste e Sul ainda predominava o microcomputador, com proporções de 82,4% e 83,2%, respectivamente. O uso do tablet era maior na Região Sudeste (24,8%).” (PNAD, 2014)

Os dados do PNAD apresentam a crescente utilização de telefones móveis para acesso a internet e isso pode ser representado por dois fatores: primeiro, barateamento do preço do Kbps e da banda larga; e segundo, forte investimento em redes de fibra

óptica por parte do governo.

O interesse dos governos nesse tipo de investimento fez com que o arranjo político e econômico tanto das esferas municipais, estaduais e federais quanto de entidade privados se molda-se dentro de uma infraestrutura socioeconômica que agregasse valor as regiões de integração.

Com o objetivo de ampliar o acesso em regiões com pouca estrutura tecnológica, em 2010 o governo federal lançou o Programa Nacional da Banda Larga (PNBL). Em 2015, o governo tinha um plano de investimento em torno de R\$ 27 bilhões para o programa. Vários são os esforços para levar a inclusão digital aos cidadãos, mas em determinadas regiões a realidade ainda consiste em preparar a estrutura para receber as ações de inclusão digital como os infocentros e telecentros, que são espaços de inclusão digital e acesso as novas tecnologias.

Segundo o plano traçado pelo PNBL, a infraestrutura do setor das telecomunicações que permite o acesso banda larga é um fator que induz o desenvolvimento socioeconômico de determinadas localidades, por isso uma política de massificação do acesso a internet banda larga no Brasil se faz necessária.

De acordo com o levantamento feito por Brito (2016), a concentração de domicílios com acesso a internet na Amazônia é muito baixa nas áreas urbanas do município de Oriximiná, no estado do Pará, e uma alta concentração de domicílios com acesso a internet na zona rural, devido ao comércio de minério naquela região rural e a expansão de campi universitários na localidade. O mesmo ocorre no município de Parauapebas. Esse levantamento acaba permitindo algumas relações entre os indicadores de desenvolvimento dos municípios e o acesso as TICs, bem como relacionar alguns fenômenos sociais que ocorrem devido à falta de novas tecnologias.

O problemas encontrados na Amazônia são decorrentes das características da área geográficas da região. O avanço da infraestrutura de telecomunicações ainda caminha a passos curtos devido a essas dificuldades. Mas, o esforço desempenhado para preencher está lacuna continua sendo feito através de grandes iniciativas governamentais, onde a medição do acesso a infraestrutura de TICs deve ser uma avaliação continua.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL: NAVEGAPARÁ E INFOCENTROS

O NavegaPará está dividido em dois conjuntos de ações: ações estruturantes e ações de inclusão digital. Cada ação é subdividida em projetos distintos:

Gráfico 1: Conjunto de ações do NavegsPará. Fonte: elaborado pelo autor com base no site:

<http://www.navegapara.pa.gov.br/>

A partir da década de 1990 o tema “exclusão digital⁷” ganha destaque e os estudos ligados sobre a desigualdade do acesso estão no plano de fundo. Silveira (2008) diz que esse termo é “usado para caracterizar a posição de determinados segmentos da sociedade em relação aos direitos coletivos e sociais”. Essa posição de segmentos da sociedade pode ser entendida, também, como a localização dos indivíduos no espaço e a relação de direitos coletivos como “mecanismos sociais” (Marques, E. 2010). Helou et. al (2011) apresenta uma discussão teórica sobre a relação inclusão digital e exclusão social ou vice-versa. Para Freire (2006), incluídos e excluídos são os que possuem as tecnologias e os que não possuem acesso ao recurso informação. Para Buzato (2008) a exclusão digital é uma consequência social e econômica. Para Almeida e Paula (2004) exclusão digital é não ter acesso às novas tecnologias. Já Silveira (2003) considera inclusão digital uma ampliação da cidadania.

Sendo assim, exclusão digital e exclusão social não podem ser tratadas de forma isolada e sim uma sendo consequência da outra. Segundo Balboni (2007), “Isso porque a exclusão digital é mais uma consequência das desigualdades sociais, econômicas e políticas que caracterizam a distribuição de poder e renda na sociedade”.

“Em termos gerais, a exclusão digital diz respeito à distribuição desigual dos recursos relacionados à tecnologia da informação e da comunicação entre os países ou dentro de uma mesma região. Ela pode também ser vista como uma das muitas formas de manifestação da exclusão social,

⁷ Não é o objetivo aqui aprofundar-se no conceito e/ou utilização do termo exclusão digital, mas sim identificar ações e estudos que visem diminuir esse problema.

considerando que o acesso às TICs – especialmente à Internet – pode ao mesmo tempo reduzir ou ampliar a problemática social.” (BALBONI, 2007, p. 12)

Já na década 2000, estudos sobre inclusão digital realizados pela Fundação Getúlio Vargas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) e no senso demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitaram a criação de um “mapa da exclusão digital no Brasil”, revelando a carência de acesso à internet pela maioria da população Brasileira. Estudos mais aprofundados sobre a conexão em rede de computadores foram realizados em 2005 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) mostrando a inserção dos países na Sociedade Informacional. Medeiros (2010) diz que durante o governo Lula (2003-2010), houve o estabelecimento de metas para políticas de inclusão digital. Em seu plano de governo as ações relacionadas às TICs tiveram o propósito de “Democratização do acesso às Tecnologias de Informação”; visavam incentivar “a criação de mecanismos e políticas que permitissem o aprendizado, o acesso e a incorporação das tecnologias de informação pela população e o compartilhamento de soluções entre diferentes níveis de governo”.

Por meio do Plano Nacional de Banda Larga, criado em 2010, o governo federal visava diminuir os custos de conexão e levar internet de qualidade para todas as regiões do país. Esse plano pode ser considerado como um plano de inclusão digital, pois, segundo Lemos e Marques, (2012), “a proposta parte da ideia de que o acesso à internet configura-se como um valor fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país”.

Os acordos de cooperação técnica que o NavegaPará celebrava visavam a expansão da infraestrutura de telecomunicações para que as ações de inclusão digital pudessem ser efetuadas, de fato. A política de democratização do acesso proposta no governo Lula se estendeu até o governo de Ana Júlia e fizeram parte das finalidades do Programa de Inclusão Digital do estado. O desafio do NavegaPará é justamente interligar os municípios do estado, porém as dimensões territoriais ainda

impossibilitam este processo. Os Infocentros, apesar de ser parte do Programa, configuram uma realidade diferente. Para a perfeita execução das atividades dos Infocentros a infraestrutura é fundamental, no entanto, somente a infraestrutura não dá subsídios para a inclusão digital. Os estudos sobre a política de massificação do acesso não reproduzem a qualidade nem a sustentabilidade dessa modalidade de inclusão, pelo menos no caso do NavegaPará, como será apresentado nas secções a seguir.

EDITAIS E DECRETOS: OS VINCULOS INSTITUCIONAIS NOS INFOCENTROS

O NavegaPará resultou Da assinatura de um convênio com a Eletronorte e a Metrobel com o Decreto Estadual nº 144, de 25 de abril de 2007. Ainda no governo de Ana Júlia (PT), a Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações (COSIT) foi criada com o propósito de coordenar o sistema de informações e telecomunicações da administração do estado do Pará e que tinha como uma de suas finalidades estabelecer as políticas e diretrizes para a área de Sistemas e Tecnologia de Informação e Telecomunicações, a serem adotadas pelos órgãos da Administração Estadual.

Em 2013 o governo do estado, por meio do Decreto nº 796 de 15 de julho, já no mandato de Simão Jatene (PSDB), tornou a PRODEPA a única responsável pela supervisão técnica e manutenção da infraestrutura das redes de telecomunicações vinculadas ao Programa NAVEGAPARÁ, centralizando na empresa pública a responsabilidade pelos projetos, implantação, operação e manutenção da rede de comunicação.

No ano de 2015 a COSIT aprova a RESOLUÇÃO Nº 001, de 08 de maio de 2015 que trata sobre a concepção do Programa de Inclusão Digital NavegaPará, envolvendo as modalidades de gestão, formas de parcerias e o uso dos serviços públicos de Espaços Públicos de Inclusão Digital, além de inserir novas diretrizes às entidades que queiram atuar como parceiras do programa.

Em 2016, o decreto 144 de 2007 foi revogado por um novo decreto de nº 1.489,

de 17 de fevereiro de 2016 no qual vincula a COSIT à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET ou ao ente da administração direta que vier lhe suceder.

Dividido em duas coordenações, o NavegaPará opera por meio da SECTET, responsável pela gestão administrativa, e pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará – PRODEPA, antes denominada Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará⁸.

A resolução define o que o NavegaPará comporta como ação de inclusão digital: INFOVIAS - São vias de comunicação eletrônica para tráfego de dados, voz e imagens, interligando, no mínimo, 2 (dois) pontos através de equipamentos de telecomunicação, formando o backbone da Rede de Comunicação de Dados do Estado do Pará; REDE METROPOLITANA (REDES METRO) - São infraestruturas de telecomunicação, em fibra óptica, implantadas em um centro urbano, com área de cobertura delimitada, passível de expansão, para prover a conexão entre os pontos da rede; CIDADE DIGITAL - São infraestruturas de telecomunicação implantadas em uma localidade, geralmente uma cidade, utilizando-se diversos tipos de infraestrutura de telecomunicação, com área de cobertura delimitada, passível de expansão, para prover a conexão entre os pontos da rede; PROGRAMA NAVEGAPARÁ - Programa Social de Inclusão Digital do Governo do Estado do Pará em parceria com a RNP, Eletronorte, Rede Celpa, Prefeituras Municipais, Órgãos Estaduais e Federais, que engloba os seguintes produtos: Espaços Públicos de Inclusão Digital (INFOCENTROS), Pontos de Acesso Livre (HOTZONES), Pontos de Acesso Comunitário-PACOMs, além de prover o serviço de Comunicação de Dados, utilizando-se das Infovias, Redes Metropolitanas e Cidades Digitais para a consecução de seus objetivos. São serviços ofertados pelo PROGRAMA NAVEGAPARÁ à sociedade: a) Acesso público e gratuito às tecnologias da informação e da comunicação; b) Acesso das unidades estaduais à rede de dados; c) Ambiente favorável à incorporação de tecnologia e inovação em processos e produtos; d) Governança

⁸ Em 2015 a Lei nº 8.096 alterou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e alterou sua denominação.

eletrônica; e) Inclusão Digital e Educação à distância e telessaúde; REDE ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ - compreende as infraestruturas de comunicação de dados implantadas pelo Governo do Estado do Pará e as compartilhadas com entes municipais, federais, e iniciativa privada.

Já em 2016, outra resolução da COSIT, nº 003 de 16 de junho, que tratou do uso dos serviços públicos e das formas de parceria dos espaços públicos de inclusão digital revogou a resolução do ano anterior e configurou novas formas de gestão dos Infocentros.

Tanto decretos quanto resoluções vêm sendo utilizados para gerir o NavegaPará desde sua criação. Suas diretrizes modificam significativamente a capacidade administrativa dos Infocentros de entidades do terceiro. Como as entidades podem celebrar acordos entre outras entidades para garantir o pleno funcionamento de suas atividades, a capacidade administrativa da organização é um fator relevante, principalmente quando se faz necessário montar sua própria rede de relacionamento, visando o atendimento e a oferta de serviços com qualidade à comunidade na qual atua.

As resoluções, por exemplo, tratam sobre algumas contrapartidas que as entidades interessadas na implantação dos Infocentros devem cumprir como: arcar com as despesas relativas ao material de expediente e de consumo, água, energia elétrica, limpeza e manutenção do espaço físico, do mobiliário e dos equipamentos de informática; Atender ao público no INFOCENTRO por, no mínimo, 30 horas semanais, em horários que permitam o máximo uso pela população, sendo, pelo menos, 06 (seis) horas diárias para o acesso livre à internet, etc., além de outras que podem ser exigidas nos editais de seleção pública onde são avaliadas as propostas de parcerias.

As resoluções especificam que detalhes sobre o processo de habilitação das entidades e outras contrapartidas se darão com mais detalhes a partir da divulgação de Editais de chamamento público. Nos editais estão presentes tanto informações necessárias para a seleção das propostas quanto os documentos para análise do Projeto de Inclusão Digital e de Capacitação da entidade.

As diretrizes que ordenam as atividades do NavegaPará são apresentadas em forma de decretos e resoluções. As entidades são selecionadas e os infocentros implantados por meio de editais públicos que oferecerem duas modalidades de concessão: Conexão NavegaPará com acesso a internet e Conexão NavegaPará com acesso a internet e equipamentos de informática e mobiliário. As entidades do terceiro que já possuem infocentros implantados e não possuem mais interesse em operar como espaços públicos de inclusão digital podem solicitar apenas o ponto de acesso a internet gratuita para atender a população da comunidade.

Há uma mudança na forma de conduzir o programa NavegaPará entre as duas gestões, inclusive no histórico de implantações de cidades digitais. A gestão de Ana Júlia, que implantou o programa, foi responsável pela criação de 43 cidades digitais no período de 2007 a 2010. A gestão de Simão Jatene, de 2011 a 2014, criou apenas 28 cidades digitais. Houve uma queda significativa de quase 50% na implantação de cidades digitais no estado, conforme a tabela abaixo.

Figura 2: Histórico de municípios com cidades digitais. Fonte: <http://www.navegapara.pa.gov.br/historico>

A partir de 2010 a série de decretos modificando as diretrizes do programa influenciou na perda de funcionalidade dos Infocentros de entidades do terceiro setor, centralizando as atividades de Infocentros interligados a órgãos do município, do próprio estado e do governo federal.

DIRETRIZES DO NAVEGAPARÁ E A POLÍTICA DE EDITAIS: ASPECTOS DECISIVOS

Os Infocentros são oportunidades de “valorização das práticas de colaboração, participação e interação social, contribuindo para uma resignificação da política” (CASTRO e BAÍA, 2012), pois dentro da democracia representativa não só os indivíduos possuem um papel ativo como as TICs se destacam como facilitadoras, no que tange a oferta de mecanismos informacionais, da relação entre Estado e Sociedade,

possibilitando um maior alcance de políticas desenvolvidas por meio do e-Gov. Daí a relevância de compreendermos como são formados os vínculos e a organização das redes sociais necessárias para manter coesas as entidades interessadas em se tornarem Infocentros, bem como identificar que tipos de vínculos predominam nesse tipo de relação.

São distintas a organização e a estrutura do NavegaPará e dos Infocentros, primeiramente pelo fato do NavegaPará ser uma ação do governo e os Infocentros se constituírem da organização da sociedade em torno de políticas de inclusão digital, por meio das entidades do terceiro setor.

Dos 56 Infocentros implantados em Belém, apenas 15 deles estão interligados a órgãos públicos: Centro de Perícias Científicas Renato Chaves; Propaz Mangueirão; Propaz Núcleo UFPA; Propaz Dorothy Stang; Estação Cidadania do Guamá; Estação Cidadania Jurunas; Eletrobras- Eletronorte; Planetário; Centro Integrado de Inclusão e Cidadania – CIIC; Casa da Linguagem; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – FCTN; Fundação Curro Velho; Unidade Integrada ProPaz - UIPP Terra Firme; Núcleo de Esporte e Lazer – NEL e Santa Casa do Pará. Todas essas entidades oferecem, além da inclusão digital, serviços que, em concordância com a constituição federal, no que diz respeito aos direitos fundamentais e sociais, promovem inclusão social, assistência e cidadania através de ações do Estado.

Os outros 41 Infocentros eram de “iniciativas populares” e organizados através de centros comunitários, associações de moradores e outras organizações da sociedade civil. A diferença é significativa no que diz respeito à quantidade de Infocentros com gerência de órgãos públicos que, por definição, já possuem um grau de coesão administrativa, devido à qualidade dos seus vínculos, e uma capacidade organizacional mais elevada do que iniciativas populares que dependem, em sua maioria, da solidariedade de seus membros e da comunidade para manter as atividades no espaço.

Entre os Infocentros que não se caracterizam como órgãos públicos existem aqueles que são gerenciados por organizações religiosas, das quais se destacam a Igreja Católica, na figura de suas subdivisões em Paróquias, Capelas e Centros

Comunitários ligados a alguma Paróquia e que foram contemplados pela seleção do NavegaPará e, também, organizações Protestantes que entre suas várias subdivisões estão representadas, na Igreja Assembléia de Deus que administra 5 Infocentros. Os demais Infocentros estão distribuídos entre associações de moradores, associações beneficentes, associações recreativas, centros comunitários, entidades privadas sem fins lucrativos e Organizações Não-Governamentais (ONG).

Quando Filho (2012), Assunção (2012) e Silva atall (2014) analisam as redes sociais e a dinâmica da organização entre grupos de catadores de materiais recicláveis, coletores de caranguejos, e comunidades rurais, percebem que esses grupos têm em comum a resolução de problemas em prol da construção de laços fortes de cooperatividade e que, ao mesmo tempo, visam o desenvolvimento das atividades de cada grupo. Enquanto estrutura de relações sociais, esses grupos possuem um papel importante para o processo estratégico da utilização de seus próprios recursos. É evidente que as prioridades e as formas de organização desses grupos diferem dos centros comunitários onde estão alocados os infocentros, pois a relação que as comunidades rurais e/ou coletores possuem está relacionada com sua própria subsistência, diferentemente o que ocorre com os Infocentros que seria uma questão de manutenção de uma política pública através de trabalhos voluntários. No entanto, a questão é demonstrar que grupos distintos podem agir de formas semelhantes para manter suas atividades em pleno funcionamento.

Então, a partir do momento que entidades distintas possuem interesse na implantação de espaços públicos de inclusão, isso representa um interesse coletivo dos atores que estabelecem relações entre si para o desempenho de uma determinada atividade. Massardier (2003) afirma que as redes formadas por ações de atores estabelecem redes de ação pública, que seria um sistema entre a “relação existente entre a estrutura de um sistema de ação localizado e o dispositivo tangível de política pública que ele cria”. Isso revela duas situações em torno do governo, em primeiro lugar, a “proliferação dos espaços de representação” e, em segundo, a concorrência entre redes.

A concorrência entre as redes é um processo que visa o acesso a recursos limitados

oferecidos pelo Estado. Logo, segundo Massardier, as redes de ação pública se definem em três casos, 1) transcendência em relação às instituições pela forma de articulação e lógicas de ações diferentes; 2) recursos específicos da própria política; e 3) a prevalência de acordos entre atores.

“[...] Ainda que a eficácia das redes seja endógena, como para os sistemas de ação concretos, isso não impede que elas articulem lógicas de ações diferentes. Trata-se da origem da noção: como compreender que atores de origem diferente cujos interesses são diferentes, cujas lógicas de ação são diferentes, acabem por manter relações de troca e parceria, e mesmo de representações do mundo, para agirem juntos? [...]” (MASSARDIER, 2003, p.172)

Dessa forma, a expectativa dos indivíduos em se tornarem parte do processo de governança reflete um dos princípios norteadores da inclusão digital, no que tange a participação, representação, debate público e desenvolvimento regional, conforme Castro e Baía (2012), Santos (2002), Patemam (1992), Rothberg (2010), Eisenberg e Cepik (2002), Marques (2006), entre outros.

A “função social” dessas entidades são pré-requisitos para a seleção e entre os Infocentros de Belém que não se caracterizam como órgãos públicos existem aqueles que são gerenciados por organizações religiosas, das quais se destaca a Igreja Católica, na figura de suas subdivisões em Paróquias, Capelas e Centros Comunitários, ligados a alguma Paróquia contemplados pela seleção do NavegaPará. Também, há organizações Protestantes que entre suas várias subdivisões estão representadas pela Igreja Assembleia de Deus, que gerencia 5 Infocentros nos bairros de Belém. Os demais Infocentros estão distribuídos entre associações de moradores, associações beneficentes, associações recreativas, centros comunitários, entidades privadas sem fins lucrativos e Organizações Não-Governamentais (ONG).

Para efeito de exemplo, observamos os centros comunitários, em sua grande maioria estão vinculados a associações de moradores ou alguma entidade religiosa. Esses centros atuam como espaços de recreação, oferecem esporte, lazer, reuniões de

grupos de alcóolicos anônimos, reuniões de grupos religiosos, campanhas de saúde, atendimento médico, atendimento médico-veterinário, etc. Esses espaços são utilizados para diversos fins, porém o custeio e a manutenção do local são de responsabilidade de um grupo que representa os moradores daquela região, no caso, se o centro comunitário representar uma comunidade católica, essa estará ligada a uma paróquia que responde pelas atividades a serem desempenhadas no local. Há uma rede de relações necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades no centro comunitário e se em um determinado momento esse centro comunitários tiver interesse em atuar como Infocentro, essa rede social construída em torno do centro será indispensável para o funcionamento e organização do espaço público de inclusão digital.

A manutenção desses espaços é representada pelo interesse coletivo dos atores. A princípio, as entidades já exerciam atividades dirigidas ao público, por tanto, já existiam ações de atores e interesse coletivo. A partir do momento em que há o interesse na implantação de um Infocentro, essas entidades, ou essas redes, passam a competir entre si por um recurso limitado. O recurso estatal é limitado pela política de seleção das entidades, organizadas por meio de editais de seleção pública. As redes de ação pública do NavegaPará são baseadas em contrapartidas expressas nos editais de seleção das entidades e essas contrapartidas são representadas pelas exigências que as entidades devem cumprir no momento da “competição” pela implantação do espaço público de inclusão digital.

CAPÍTULO 3

AS DIFICULDADES DE SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL

Foram realizadas 33 entrevistas no período de Agosto de 2016 a Fevereiro de 2017; sendo 29 em entidades do terceiro setor e 4 em órgãos governamentais. Do total de entrevistas em entidades do terceiro setor, 13 delas foram desconsideradas de imediato. Basicamente, pelo fato das entidades não possuírem mais nenhum vínculo com o NavegaPará. No entanto, o contato com essas entidades foi realizado por constarem na lista cedida pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET) com informações referentes aos Infocentros da cidade, tais como: Órgão/Entidade; Endereço/Cidade/UF/CEP; DDD/Telefone; Contato do representante legal: Nome; Telefone; e-mail.

Alguns entrevistados não terem conhecimento do processo de implantação desses espaços, pois, geralmente, havia troca de coordenação nos centros comunitários e associações de moradores que, de acordo com suas regras internas, escolhiam uma nova chapa coordenadora a cada 2 anos. Das 16 entrevistas restantes com as entidades do terceiro setor, foram selecionadas 6 para análise, por conterem informações mais organizadas, pois que os entrevistados tinham conhecimento da situação de implantação e das razões para a posterior inatividade dos Infocentros.

Classificamos os Infocentros como “Ativos” os que ainda exercem atividades; “desativados”, os Infocentros que não mais tinham nenhum tipo de vínculo com o Programa NavegaPará e, como “ociosos”, os Infocentros que não estão em atividade, mas que ainda possuem os equipamentos de informática e/ou ponto de acesso a internet do Programa.

As entidades selecionadas foram: 1) Centro Comunitário Allan Kardec, localizado no bairro do Jurunas; 2) Centro Comunitário Ariri Bolonha, localizado no bairro do Parque Verde; 3) Grêmio Recreativo e Escola de Samba Piratas da Batucada, localizado no bairro da Pedreira; 4) Centro Social Comunitário São Domingos

Gusmão, localizado no bairro da Terra Firme;5) Creche Frei Daniel, localizado no bairro do Guamá e 6) Centro Comunitário do Pantanal, localizado no Curió-Utinga.

Os materiais utilizados na pesquisa de campo foram um roteiro semi-estruturado, um gravador de áudio, uma câmera fotográfica (para registrar, quando autorizado, as condições e os locais de funcionamento dos Infocentros) e um bloco de notas. O objetivo era partir de uma pesquisa qualitativa, baseada na identificação dos vínculos institucionais, políticos, negócios, familiares e pessoais, para depois quantificar a base dos dados obtidos sobre as redes de relações nos Infocentros de Belém. As entrevistas foram realizadas nos locais onde funcionam e/ou funcionavam os Infocentros. Os dados foram coletados junto aos representantes legais dos espaços cedidos às atividades de inclusão digital.

De acordo com as informações levantadas, a maior parte dos Infocentros pesquisados teve uma vida útil de 2 a 4 anos; alguns permanecem com equipamentos parados por falta de manutenção, até hoje; mas ainda possuem o ponto de acesso a Internet do NavegaPará. E, outros, tiveram seus equipamentos retirados. Alguns Infocentros foram alvo de vandalismos, como roubo e depredação, encerrando suas atividades.

Os Infocentros selecionados estão localizados em bairros periféricos e o único em funcionamento é o do Centro Comunitário Allan Kardec. Mas, segundo o entrevistado, o funcionamento das atividades de informática não está mais sob a responsabilidade do NavegaPará. O programa apenas doou os equipamentos que já estavam na entidade e as atividades foram mantidas por meio de um convênio celebrado entre a entidade e o Propaz Município, ligado a Prefeitura de Belém, que fornece instrutores para os cursos de informática e técnicos para realizarem a manutenção nos computadores. O NavegaPará, em comum acordo com o Centro Comunitário, deixou o ponto de acesso de internet no local, porém há muitas queixas por parte dos usuários sobre a instabilidade da conexão, conforme trecho da entrevista realizada com o presidente da entidade em 23 de Agosto de 2016:

Entrevistador: Agora vou passar para as perguntas relativamente ao Infocentro e das atividades que ele tinha. Existe uma coordenação geral, o senhor falou que todo mundo trabalha em conjunto, mas existe alguma coordenação que “encabece” o Infocentro ou não?

Entrevistado: O Infocentro, na verdade, ele não existe mais.

Entrevistador: Ele já foi desligado. Quando foi que ele foi desligado? **Entrevistado:** Já faz um ano já.

Entrevistador: É porque, inclusive, nesses dados que eu consegui dos Infocentros ainda consta como se estivesse ativo aqui no Allan Kardec, no caso da Secretaria...

Entrevistado: Então, o que tá ativo, mas não tá nem pegando é a internet. Ele está, na verdade, eles deixaram um ponto de internet, mas a manutenção e a... e a... a manutenção... eles doaram os computadores para a comunidade porque de acordo com o que eles me falaram lá vai ser um novo modelo... estão estruturando um novo modelo. Então, eles doaram e a partir... eles mandavam os professores, mandavam a manutenção, porque a situação era... (inaudível)... pra eles. Mas aí, agora, é com a gente, né. A gente fez essa parceria com o Propaz e não parou mais.

O Infocentro do Centro Comunitário Allan Kardec esteve em atividade, sob responsabilidade do NavegaPará, no período de 2010 a 2015.

Figura 3: Fotografia do Infocentro no Centro Comunitário Allan Kardec

Em 90% dos casos foi relatado que a falta de instrutores e falta de manutenção dos equipamentos de informática foram decisivos para o encerramento das atividades nos Infocentros. Esse fato é consenso geral dentro de todo o universo de entrevistas realizadas. Segundo os relatos, a falta de alguns instrutores teve início com o não pagamento do recurso destinado a eles e que, dessa forma, não se sentiam na obrigação de comparecer aos locais de trabalho para o exercício de suas funções.

O repasse dos recursos aos instrutores era de responsabilidade do Banco da Amazônia, de acordo com o convênio entre o NavegaPará e o Banco, posteriormente o responsável pelo pagamento das bolsas dos instrutores passou a ser o BanPará. Já a

falta de manutenção nos equipamentos era uma praxi da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (PRODEPA) que não encaminhava os profissionais periodicamente e não efetuava a troca de peças necessárias para o funcionamento dos equipamentos. As entidades não possuíam autonomia nem autorização para efetuar reparos nos equipamentos cedidos pelo Estado, por isso ficavam a espera dos profissionais. No entanto, essa espera tornava os equipamentos obsoletos e sem as mínimas condições de uso.

Alguns Infocentros, diante dessa situação, solicitaram a doação dos equipamentos de Informática à entidade para que por conta própria pudessem realizar a devida manutenção, mas em outros casos as entidades preferiram que os equipamentos fossem retirados de suas dependências, pois não possuíam condições técnicas nem financeiras de mantê-los em funcionamento.

No Grêmio Recreativo e Escola de Samba Piratas da Batucada, o motivo do encerramento das atividades do Infocentro, foi a cobrança do pagamento de conta de energia elétrica. Em determinado momento o modelo de gestão do Programa de Inclusão Digital mudou suas diretrizes e não mais se responsabilizou pelo pagamento dos custos de energia elétrica nos Infocentros, passando às entidades a responsabilidade de pagamento das tarifas. Segundo o entrevistado, a SECTET encaminhou um documento informando que se a entidade tivesse interesse em continuar com o Infocentro teria que ser feita à mudança de titularidade junto à Rede Celpa. Dispostos a permanecer com as atividades de Informática, se dirigiram até a companhia elétrica. No entanto, ao iniciar o procedimento de transferência de titularidade, foi apresentada uma conta de R\$ 2.700,00 que deveria ser quitada.

A seguir, um trecho da transcrição da entrevista realizada no dia 17 de Outubro de 2016 com o presidente da entidade:

Entrevistador: No caso o “NavegaPará” era responsável pelo pagamento de energia da parte de informática. Foi feito um ponto específico para lá?

Entrevistado: Só da sala de informática. Foi, foi. Só que depois eu recebi um documento deles dizendo que a partir daquele momento se nós

quiséssemos continuar devíamos fazer a transferência de titularidade na Celpa. Aí quando eu fui lá pra fazer, me apresentaram uma conta de R\$2.700,00 para nós... Porque o nome que tá é o nome de lá da Secretaria, tava no nome deles lá. Ainda mais a escola que a gente luta com dificuldade... Eu disse: “Meu irmão, pode cancelar”, aí cancelaram, sei lá, botaram um novo registro lá.

A partir desse momento tornou-se inviável para a entidade manter as atividades de Informática, pois por ser uma entidade sem fins lucrativos e contarem com doações para realização de suas atividades na comunidade, o pagamento de contas na média de R\$ 2.000,00 estava inadequado com a realidade sócio econômica daquela entidade. A falta de instrutores foi outro fator que pesou na decisão, pois desde o segundo semestre de 2014 eles não eram enviados pelo Programa. O Infocentro funcionou na entidade de 2010 a 2014.

Figura 4: Sede do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Piratas da Batucada

A falta de instrutores de informática no Centro Comunitário Ariri Bolonha forçou a entidade a buscar métodos alternativos para não encerrar as atividades do Infocentro. Para remunerar os instrutores rifas eram vendidas para arrecadar fundos, no entanto, a prática não obteve sucesso, ficando o centro somente com suas atividades com trabalhos sociais. Por outro lado, tentativas de ainda oferecer atividades profissionalizantes, como cursos de informática, continuam sendo realizadas.

O entrevistado do Centro Comunitário informou que por meio de ofício⁹ encaminhado a SECTET, solicitaram que os equipamentos de informática fossem doados a comunidade, pois ainda estavam na entidade. O objetivo era ter autorização para efetuar a manutenção por conta própria e dar seguimento com as atividades, já que com a falta de disponibilização de instrutores e técnicos, os equipamentos estavam

⁹ O ofício pode ser consultado na íntegra nos anexos do trabalho.

perdendo vida útil. Até o momento da entrevista, o Centro Comunitário não obteve respostas da Secretaria referente ao Ofício. As atividades no Infocentro tiveram início em 2010 e terminaram em 2014. No entanto, em 2015 um técnico encaminhado pela PRODEPA compareceu ao local para realizar apenas o inventário físico e patrimonial do estado.



Figura 5: Fotografia dos computadores do Infocentro Ariri Bolonha.

O Centro Comunitário do Pantanal foi uma das entidades que tiveram o Infocentro com o menor período em atividade, em torno de 1 ano e 3 meses, entre 2010 e 2011. Os motivos para o encerramento das atividades também foram a falta de instrutores e manutenção dos equipamentos. O entrevistado do centro comunitário não fez parte do processo de implantação do Infocentro, pois quando fez parte da equipe de coordenação já recebeu o Infocentro sem nenhuma atividade, mas conhecia os problemas que envolviam as atividades de Informática. Mesmo sem o apoio dos instrutores do Programa foram feitas tentativas de utilização do espaço e das máquinas. Segundo relata, uma das propostas feita com a comunidade era a cobrança de uma taxa irrisória que seria dividida em duas partes: uma parte para o instrutor e outra parte para o centro comunitário prover suas despesas com a manutenção das máquinas, pagamento de água, luz, etc. Ao ser perguntado sobre o processo de avaliação do Infocentro, o entrevistado respondeu que as avaliações eram realizadas periodicamente de 12 em 12 meses e que o objetivo da equipe técnica que avaliava, basicamente, era saber se as máquinas cedidas pelo governo ainda estavam no local e que a preocupação

era somente com o patrimônio.

Entrevistador: E vocês chegaram a participar de algumas reuniões na secretaria de tecnologia, eles chegaram a chamar vocês?

Entrevistado: Eles vieram aqui, na verdade, eles sempre faziam uma visita pra saber como é que tava o Infocentro, se as máquinas ainda estavam no local. Independente de saber se funcionava ou não. Eles queriam saber se o patrimônio do Estado, por ser do Estado, ainda estaria aqui. Aí, eles vinham aqui, observavam as máquinas, faziam suas anotações e iam embora.

Eram realizadas anotações e observações sobre as máquinas sem a preocupação de saber se o Infocentro, de fato, estava funcionando ou não. As máquinas continuaram paradas sem funcionamento, mas havia um ponto de acesso a internet que funcionava. Porém, o ponto de acesso não é de sinal aberto para a comunidade, era somente para as dependências do Centro Comunitário e, segundo o entrevistado, uma das possibilidades de diminuir a frustração de não ter o espaço de inclusão digital em pleno funcionamento, era a possibilidade do sinal de internet ser aberto aos moradores da comunidade. Porém, o desinteresse, em decorrência da situação de abandono, era tão grande que o ideal, para o presidente, seria que os equipamentos fossem todos retirados do espaço:

“[...] Pra mim, seria mais viável se eles pegassem todo o material deles e levasse, porque aí, tipo assim, eu... era uma preocupação a menos na minha gestão, porque eu não teria que dizer, pra quando eles viessem aqui, eu não teria que dizer: “olha, ta faltando um gabinete”. Aí eu não teria que pagar o gabinete, porque alguém roubou ou roubaram... a comunidade invadiu lá... o ladrão... eu não teria essa preocupação. Mas, eles nunca vieram, só vinha vê se eles estavam no local, se tava todas as coisas que eles trouxeram e... sempre teve aqui. [...]”¹⁰

¹⁰ Trecho da entrevistada realizada em 25 de Janeiro de 2017

Figura 6: Fotografia do Infocentro do Centro Comunitário do Pantanal

O Infocentro implantado no Centro Comunitário São Domingos Gusmão, na Terra Firme, permaneceu em atividade de 2008 a 2010. O centro contava com uma boa estrutura e não tiveram problemas para cumprir os requisitos necessários para exercer as atividades de inclusão digital exigidos pelo NavegaPará. De acordo com as informações repassadas pelo entrevistado, o centro já ofertava cursos de informática antes da chegada do Infocentro na comunidade.

O centro era bem organizado e contava com uma coordenação específica para o Infocentro, mas todas as atividades eram centralizadas na entrevistada. A coordenação do Infocentro era composta por 5 pessoas: coordenador, vice-coordenador, secretária e 2 pessoas de apoio. Segundo a entrevistada, durante o período em que o Infocentro esteve em atividade, ele atendeu 1.577 pessoas entre crianças, jovens, adultos e idosos. O espaço era bastante movimentado e havia preocupação em manter a excelência no atendimento, por isso todos os requisitos e contrapartidas exigidas pela SECTET por meio dos editais eram cumpridos com rigor.

Porém, no final de 2009 e início de 2010 os problemas com os instrutores começaram a surgir. A entidade solicitava que os instrutores fossem do bairro, pois os que ministravam os cursos eram de outros bairros e alguns não tinham interesse de se deslocar para o bairro devido a periculosidade do local. Com o passar do tempo os instrutores não foram mais enviados e a atividade no Infocentro foi “desaparecendo com o tempo”. A entrevistada diz que não houve reunião, nem qualquer outro tipo de contato formalizando o encerramento das atividades e que a decisão tomada foi estritamente por parte do Programa.

“[...] Como eu tô lhe falando, não houve nenhum chamado para nos informar que não... O que houve logo no primeiro mandato do Jatene foi, de que ele iria dar continuidade, mas isso foi pra mídia, isso não foi para os

representantes. Isso saiu na mídia que ele ia dar continuidade porque era um projeto que tava vindo, né? Tava sendo bem aceito pela população, aquilo outro.. Mas era mais de campanha ainda do que outra coisa tanto é tanto prova que tá aí os INFOCENTROS se você for nos outros INFOCENTROS você vai ver a mesma resposta [...]”.¹¹

O programa era responsável, além do pagamento dos instrutores, também pelo pagamento da energia elétrica daquele Infocentro. Além disso, ela informa que após o Governador Simão Jatene (PSDB) assumir o mandato, ele garantiu que o Programa iria continuar, mas que isso significou apenas mais uma promessa de campanha e que o sentimento que ficou nas comunidades “foi o de abandono total da parte do governo logo no primeiro semestre”. A entidade teve as atividades no Infocentro encerradas ainda no primeiro semestre do governo de Simão Jatene, em 2010. A entrevista foi realizada com a responsável no dia 24 de Agosto de 2016.

O Infocentro da Creche Frei Daniel funcionava no Ambulatório que atendia as pessoas nos arredores do Riacho Doce e Pantanal, localizado na Bacia do Tucunduba, no bairro do Guamá. O local foi escolhido pelos responsáveis do Programa pelo fato de possuir maior acessibilidade, maior segurança e contar com uma infraestrutura mais adequada para receber o Infocentro. O entrevistado não obtinha informações detalhadas sobre o Infocentro e, segunda relata, a pessoa que coordenava o Infocentro, tendo mais contato com as pessoas do NavegaPará, era um dos instrutores que ainda trabalha no local. No entanto, não foi possível contatá-lo. Os computadores sem manutenção foram uma das grandes dificuldades para o exercício das atividades, pois além da inutilidade desses, algumas peças estavam sendo extraviadas dos equipamentos; por este motivo eles foram realocados para uma sala com trancas até que os técnicos do programa fizessem a vistoria. Nenhuma visita foi realizada e os equipamentos permanecem sem utilidade desde 2013. A entrevista foi realizada em 27 de Janeiro de 2017 e não obtive autorização para registrar imagens do local.

¹¹ Trecho da entrevista.

O DESCOMPASSO ENTRE AS DIRETRIZES DO PROGRAMA E OS PROBLEMAS DE GESTÃO

Os Infocentros das entidades do terceiro setor tiveram grandes dificuldades em manter o funcionamento após as mudanças de diretrizes do Programa. Cardoso e Daher (2012) identificaram mudanças na gestão do Programa e na sustentabilidade do projeto após a identificação de vários problemas, entre eles: riscos de vandalismo nas unidades; problemas com acesso ao sinal de internet, como falta de segurança na rede, furto e instabilidade de sinal; custos com manutenção de todo programa, devido o suporte não ter condições de arcar com as responsabilidades de usuários, órgãos governamentais e entidades do terceiro setor, que só usufruíam do Programa e “não retribuíam em nada”; além disso, o desenho do projeto não foi capaz de induzir os Infocentros à sustentabilidade, ocasionando custos excessivos com a manutenção de equipamentos, já em condições obsoletas.

Todos esses problemas foram determinantes para as mudanças na gestão do Programa. Essas mudanças são identificadas nos Decretos do governador Simão Jatene (PSDB). Modificando constantemente as diretrizes do programa, alteravam as responsabilidades das entidades que tinham interesse em se tornar ou em continuar como Infocentros. Entre as principais contrapartidas exigidas pelo Programa, estava arcar com os custos de manutenção dos equipamentos, disponibilizar instrutores e custear o próprio consumo de energia elétrica. Essa nova realidade comprometeu o desenvolvimento das atividades principalmente em entidades do terceiro setor, pois os custos tornaram-se altos para entidades sem fins lucrativos e que contam quase que exclusivamente só com o trabalho voluntário para exercer suas funções. Toda essa mudança ocasionou perda de expansão dos Infocentros e contribuiu para o encerramento das atividades de inclusão digital.

Além de o programa perder sua potencialidade, no que diz respeito a sua relação com Infocentros sediados em centros comunitários, há a perda de uma marca de governo proposto pela ex-governadora Ana Julia Carepa (PT). Isso fica evidente com a baixa visibilidade que o NavegaPará teve durante os mandatos de Simão Jatene

(PSDB) subseqüentes e com a própria percepção do programa por parte dos usuários desses infocentros na periferia da cidade. A forma de tratamento com o programa que o governador Simão Jatene desenvolveu leva em consideração o realinhamento financeiro de gastos e diminuição de custos e investiu-se na expansão do NavegaPará dentro de instituições públicas, sendo elas municipal, estadual ou federal, mas deixou os órgãos do terceiro setor desamparados.

A tabela abaixo mostra o número de Infocentros que existiam e a atual situação deles após as mudanças de gestão do programa:

Município	Infocentros Implantados	Bairro	Situação
Belém	Movimento de Ação Comunitária - MAC	Aeroporto - Mosqueiro	Ocioso
Belém	Associação Beneficente Novo Horizonte	Água Boa - Outeiro	Ocioso
Belém	Associação das Mulheres da Pesca Artesanal da Baía do Sol	Baía do Sol - Mosqueiro	Ocioso
Belém	Eletronorte-Barreiro	Barreiro	Ativo
Belém	Capela São Benedito	Barreiro	Desativado
Belém	Movimento República de Emaús	Bengui	Ocioso
Belém	Associação Grupo Beneficente Novo Mundo	Bengui	Ocioso
Belém	Associação dos Moradores do Benguí – AMOB	Bengui	Ocioso
Belém	Renato Chaves	Bengui	Ativo
Belém	Propaz Mangueirão	Bengui	Ativo
Belém	Instituto Ampliar	Caruara - Mosqueiro	Ocioso
Belém	Associação de Moradores da Radional II	Condor	Desativado
Belém	Conjunto Jardim Europa	Coqueiro	Ocioso
Belém	Centro Comunitário do Pantanal	Curió-utinga	Ocioso
Belém	Assembléia de Deus Utinga	Curió-utinga	Desativado
Belém	Assembléia de Deus Gunnar Vingren	Curió-utinga	Desativado
Belém	Frei Daniel	Guamá	Ocioso
Belém	Associação Beneficente Amigos do Guamá – ABAG	Guamá	Ocioso
Belém	Associação dos Moradores do Bairro do Guamá	Guamá	Desativado
Belém	Propaz Núcleo UFPA	Guamá	Ativo
Belém	Estação Cidadania do Guamá	Guamá	Ativo

Belém	Centro Comunitário União	Icoaraci	Ocioso
Belém	Centro Comunitário São Paulo	Icoaraci	Ocioso
Belém	Paróquia Nsa. Sra. da Conceição das Ilhas	Itaiteua - Outeiro	Desativado
Belém	Centro Comunitario Fidelis	Itaiteua - Outeiro	Ocioso
Belém	Centro Comunitário Allan Kardec	Jurunas	Ocioso

Belém	Centro Comunitário Helena Dias	Jurunas	Ocioso
Belém	Associação da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR)	Jurunas	Ocioso
Belém	Estação Cidadania Jurunas	Jurunas	Ativo
Belém	Planetário	Mangueirão	Ativo
Belém	Associação de Cegos do Pará - ASCEPA	Mangueirão	Desativado
Belém	Centro Comunitário São Jorge	Marambaia	Desativado
Belém	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania – CIIC	Marco	Ativo
Belém	Assembleia de Deus Passagem Elvira	Marco	Desativado
Belém	Casa da Linguagem	Nazaré	Ativo
Belém	Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – FCTN	Nazaré	Ativo
Belém	Centro Comunitário Nova Marambaia (CCNOMA)	Nova Marambaia	Ocioso
Belém	Centro Comunitário Ariri Bolonha	Parque Verde	Ocioso
Belém	Centro Comunitário Unidos Venceremos	Pedreira	Ocioso
Belém	Paróquia Luterana – Mururé	Pedreira	Ocioso
Belém	Piratas da Batucada	Pedreira	Ocioso
Belém	Fábrica Esperança	Reduto	Desativado
Belém	Assembléia de Deus - Templo Sacramento	Sacramenta	Desativado
Belém	Infocentro Assembléia de Deus Jardim das Poncianas	Sacramenta	Desativado
Belém	Propaz Dorothy Stang	Sacramenta	Ativo
Belém	Associação Centro Comunitário do FAMA	São João do Outeiro - Outeiro	Ocioso
Belém	Associação Folclórica e Cultura COLIBRI de Outeiro	São João do Outeiro - Outeiro	Ocioso
Belém	Associação dos Moradores do Jardim Sevilha-AMOJAS	Tapanã	Ocioso
Belém	Fundação Curro Velho	Telégrafo	Ativo
Belém	Associação de Moradores da Vila da Barca	Telégrafo	Desativado
Belém	Centro Social Comunitário São Domingos Gusmão	Terra Firme	Ocioso
Belém	Creche Betinho	Terra Firme	Ocioso
Belém	UIPP Terra Firme	Terra Firme	Ativo
Belém	Santa Casa	Umarizal	Ativo
Belém	Núcleo de Esporte e Lazer – NEL	Umarizal	Ativo
Belém	Paraíso dos Pássaros	Val-de-Cães	Desativado

Tabela 2: Relação de Infocentros com situação de funcionamento. Fonte: organizada pelo autor com base nos dados obtidos junto a SECTET.

Ao todo existiam 56 Infocentros no município de Belém. Desse total, grifados em amarelo, estão 27 Infocentros na condição de “ociosos”, ou seja, são unidades que não estão exercendo atividades de Inclusão Digital, mas que ainda contam com equipamentos e/ou pontos de acesso a internet em suas dependências. Em vermelho, na condição de “desativados”, encontram-se 14 entidades que não possuem mais nenhum tipo de vínculo

com o Programa NavegaPará. Em verde, estão as 15 unidades que possuem Infocentros na condição de “ativos” onde são exercidas atividades de inclusão digital ligadas direta e indiretamente ao NavegaPará. Os Infocentros em atividade são aqueles interligados a órgãos governamentais da prefeitura, do governo estadual e do governo federal.

De acordo com os dados levantados, os Infocentros começaram a ter suas atividades prejudicadas a partir de 2010, por diversos motivos. A maioria encerrou suas atividades em 2014. O curioso é que em 2013 a SECTET publicou uma notificação em seu site com uma relação de entidades que estavam com pendências de documentação junto ao Programa. A falta de regularização ocasionaria o encerramento dos Infocentros nas entidades. Porém, e de acordo com os responsáveis entrevistados, nenhuma notificação foi entregue informando os motivos do encerramento ou o que faltava para manter a parceria. Ao perceberem a falta assistência por parte do Programa NavegaPará entraram em contato e receberam como resposta a informação de que a forma de gestão do Programa estava passando por mudanças, sem detalhar que mudanças seriam essas e sob quais processos estavam organizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos estudos de inclusão digital tem como foco a ampliação do acesso e quantidade de tráfego de dados nas redes de computadores. Em 2010 o Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) publicou uma série de recomendações de políticas públicas de massificação do acesso à internet mostrando o déficit do acesso no Brasil e como se encontra a situação no contexto internacional. As pesquisas realizadas pelo TIC domicílios em 2015 sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros apontam para um aumento do acesso às tecnologias da informação e comunicação e sugerem que mesmo com o aumento ainda há a necessidade de ampliar esse acesso haja vista que uma grande parcela da população ainda não conta com tais benefícios.

O NavegaPará possui uma política de massificação do acesso à internet, mas não obteve sucesso no se diz da sustentabilidade da política de inclusão digital em alguns espaços. O que se pretendia neste trabalho era a analisar as redes de sustentabilidade desses espaços, chamados de Infocentros. No entanto, a pesquisa de campo revelou que a constituição dessas redes foi prejudicada por diversos fatores. A evidente diferenciação entre os Infocentros que funcionavam dentro de órgãos governamentais e daqueles em bairros periféricos, apartados da gestão dos governos, foram determinantes a dissolução desses espaços implantados em entidades do terceiro setor. O processo de implantação desses espaços em órgãos governamentais possuía melhor adequação às exigências do Programa do NavegaPará, no diz respeito a estrutura do local, manutenção, orçamento e pessoal. Porém, mesmo algumas entidades do terceiro setor cumprindo com as exigências do Programa, a desarticulação dos Infocentros tornou-se inevitável, após uma série de decretos do governador Simão Jatene (PSDB) modificando as diretrizes do NavegaPará.

A percepção dos representantes dessas entidades em relação às mudanças ocorridas no NavegaPará está ligada à mudança no comando do estado. Segundo relatam, a partir do segundo mandato do governador Simão Jatene (PSDB) as diretrizes começaram mudar e em 2014, alguns chegam a dizer que o programa foi encerrado pelo atual governador.

Durante as entrevistas realizadas com os responsáveis dos Infocentros, o aspecto econômico ganhava destaque nos relatos sobre as dificuldades em manter ativos os Infocentros, seja na forma do pagamento das instalações elétricas e até mesmo na contratação de pessoal capacitado para realizar a manutenção nos equipamentos. As

entidades do terceiro se sustentam por meio de trabalho voluntário e de doações, vínculos essenciais para o exercício de suas atividades e os custos adicionais para manter as atividades dos Infocentros não faziam parte da realidade financeira das entidades.

As principais queixas a respeito do desligamento dos espaços público de inclusão digital foram a falta de manutenção dos equipamentos e falta de instrutores. Segundo relato dos entrevistados, a iniciativa de desligamento dos Infocentros foi uma surpresa, pois foram feitas sem explicações detalhadas sobre as mudanças que estavam ocorrendo no Programa.

Durante a pesquisa de campo, uma grande dificuldade encontrada foi o número de Infocentros dos órgãos do terceiro setor, desativados ou ociosos, o que, somada à mudança de coordenação, tornava inviável o mapeamento da implantação da rede de Infocentros e de sua dinâmica. Em um primeiro momento, seria feita a transcrição dos relatos gravados e, após esse registro escrito, seria realizada a análise e composição das redes primárias. De posse desses dados, seriam gerados sociogramas das redes sociais dos Infocentros. O objetivo era identificar a densidade das redes nos Infocentros pesquisados para que pudéssemos trabalhar com os atributos de redes. No entanto, com base nas dificuldades encontradas, esse procedimento de identificação ficou comprometido.

A maior parte dos Infocentros pesquisados teve uma vida útil de 2 a 4 anos; alguns permanecem com equipamentos parados por falta de manutenção; outros, ainda possuem o ponto de Internet do NavegaPará; há os que tiveram os equipamentos retirados. Outros Infocentros sofreram vandalismo encerrando as atividades.

Após o contato com a SECTET, e ao questioná-los a respeito da quantidade de Infocentros desativados, recebemos apenas a informação de que o Programa estava passando por uma reformulação e que as informações sobre o funcionamento dos infocentros deveriam ser obtidas com as próprias entidades. Isso acabou comprovando o fato de que os gestores desconheciam a real situação dos Infocentros que deveriam gerir.

Dessa forma, significa dizer que a partir do momento que o NavegaPará deixa de encaminhar técnicos para a manutenção dos aparelhos de informática, ou a falta de disponibilização de monitores capacitados para oferecer o treinamento em informática básica, o desenvolvimento das atividades nos Infocentros fica comprometido perdendo a função de promover e ampliar a inclusão digital.

Os Infocentros das entidades do terceiro setor estavam localizados na periferia da cidade, fato esse que provocava indignação dos responsáveis das entidades por acreditarem que as comunidades periféricas deveriam ser mais bem assistidas pelo Governo. A falta de apoio do governo foi relatada como o motivo principal para a decadência dos Infocentros, que em determinado momento passaram a ter responsabilidade na contratação de instrutores e despesas com energia elétrica e manutenção dos equipamentos de Informática.

Os problemas com os Infocentros que funcionavam nas entidades do terceiro setor evidenciam a dependência destes dos incentivos governamentais. A partir de uma série de decretos modificando as diretrizes do programa de inclusão digital, as entidades não tiveram capacidade de honrar seus compromissos. Segundo levantamento feito no campo, há pelo menos seis anos as entidades deixaram de ofertar serviços de capacitação por meio do NavegaPará. Por outro lado, pontos de acesso a internet permaneceram em algumas localidades, induzindo a política de inclusão para a simples condição de política de acesso, não mais de espaço de inclusão digital.

APENDICÊS

APENDICÊ A

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

ROTEIRO DE ENTREVISTA PREMILINAR DAS REDES NOS INFOCENTROS

Entrevistador responsável: _____

Entrevistado (a): _____ Função: _____

Idade: _____ Profissão: _____ Renda: _____

Escolaridade: _____

Local da entrevista: _____

Data: __/__/__

Parte 1. Sobre e entidade

- 1 – Quantas pessoas fazem parte da direção da entidade?
- 2 - Qual a função de cada membro na direção da entidade?
- 3 - Qual tipo de relação há entre os membros da direção da entidade: amizade, parentesco, profissional...?
- 4 – Há alguém de fora da entidade que auxilia suas atividades, que contribui de alguma forma, mas não faz parte da coordenação? Como é este auxílio?
- 5 – Quais são as atividades desenvolvidas na entidade?
- 7 – Que tipo de instalações há no local para o desenvolvimento das atividades? Quais os espaços utilizados?
- 7 - Como a entidade mantém suas atividades em desenvolvimento, com que tipo de recursos?
- 8 – Quantas pessoas são atendidas na entidade através de suas atividades?

Parte 2. Sobre o Infocentro

- 9 – Quantas pessoas fazem parte da coordenação dos Infocentros?
- 10 – Qual a função de cada membro da coordenação dos Infocentros?
- 11 – Qual tipo de relação há entre os membros da coordenação dos Infocentros, amizade, parentesco, profissional...?
- 12 - Há alguém de fora da entidade que auxilia suas atividades, que contribui de alguma forma, mas não faz parte da coordenação? Como é este auxílio?
- 13 - Quais são as atividades desenvolvidas nos Infocentros?
- 14 - Que tipo de instalações há no local para o desenvolvimento das atividades? Quais os espaços utilizados?
- 15 – Como o Infocentro mantém suas atividades em desenvolvimento, com que tipo de recursos?
- 16 - Quantas pessoas são atendidas pelo Infocentro?
- 17 – Quais as maiores dificuldades para se manter o Infocentro e as dificuldades de atender os critérios de avaliação e seleção do NavegaPará?
- 18 – Há comunicação com outros Infocentros para o exercício das atividades ou retirada de dúvidas para adequação da entidade? Como se dá essa comunicação?

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1 - CENTRO COMUNITÁRIO ALLAN KARDEC

Entrevistado: A

Local da entrevista: Centro Comunitário Allan Kardec

Data: 23/08/2016

1. Entrevistador: Vou seguir o roteiro aqui e o senhor fique à vontade para falar a situação da comunidade. Vou fazer algumas perguntas básicas sobre a entidade, propriamente dita, e depois a gente passa para a questão dos Infocentros. As perguntas são basicamente as mesmas e como o senhor disse que trabalha em conjunto de repente “já vai... (inaudível)”. Assim, quantas pessoas fazem parte da direção da entidade?

2. Entrevistado: Olha, basicamente, de 12 pessoas porque tem uma rotatividade. Uma rotatividade porque às vezes algumas pessoas deixam de vir e é substituída por outra, mas é uma faixa de 12 pessoas.

1. Entrevistador: E senhor sabe qual é a função exatamente dessas pessoas?

2. Entrevistado: Dentro da... é tipo assim, dentro... A diretoria é formada pelo presidente, vice, tesoureiro e secretário, tá? Agora existe as coordenações de esporte, cultura... é... cultura... é... religião, religião... cultura, social, patrimônio... é... patrimônio...é só esses cinco. Esporte, cultura, não é nem religião é liturgia... é... esporte, cultura, liturgia, patrimônio e social.

1. Entrevistador: Tá, tá Ok! Qual o tipo de relação que há entre as pessoas da entidade? Tipo, relações de amizade de pessoas da própria comunidade, tem alguém que recebe algum salário ou é tudo trabalho voluntário? Como é que funciona?

2. Entrevistado: O centro comunitário é uma entidade sem fins lucrativos, não existe vínculo empregatício. Tá certo? O que nós fazemos: é que... Tem algumas pessoas, tipo assim, que a gente precisa remunerar de forma uma forma, assim, diária. Diarista. Por exemplo, assim: limpeza da quadra. Nós precisamos manter a limpeza da quadra, mas o centro Allan Kardec... ele... ele não pode remunerar os diretores, entendeu? A diretoria não pode ser remunerada, por tanto, é... tem que pegar outras pessoas pra poder fazer essas atividades. E aí a gente oportuniza essas pessoas com uma quantia simbólica para elas varrerem a quadra, lavarem os banheiros, tá entendendo?

1. **Entrevistador:** Sim, entendi. É... tipo, há alguém de fora da entidade que auxilia pra essas atividades, que contribui de alguma forma, mas não faz parte da coordenação ou não? É só pessoas mesmo do grupo de vocês?

2. **Entrevistado:** Nós pegamos... nós pegamos, tipo assim, pra limpeza: ah... chama a Dona Maria, chama o seu João. Seu João, o senhor que ganhar uma quantia pro senhor limpar, lavar os banheiros aí? Aí ela faz aquela atividade lá...

1. **Entrevistador:** Não necessariamente ela faz parte da coordenação, mas ela ajuda...

2. **Entrevistado:** Como nós fechamos essa situação com o Propaz, né, o Propaz município, hoje o que acontece: nós já temos essa pessoa. Que ela é remunerada pelo município pra manter a limpeza para as atividades do Propaz e automaticamente já beneficia a comunidade, entendeu? O centro comunitário.

1. **Entrevistador:** Ah... sim, tá ok. O senhor já me falou de algumas atividades desenvolvidas na entidade. O senhor pode falar... (inaudível)

2. **Entrevistado:** Hoje nós temos culinária, artesanato, corte e costura, informática, nós temos um curso preparatório pro o Enem, gratuitamente, é para a comunidade carente, as pessoas não pagam, entendeu? E a gente busca junto ao Propaz lá cursos profissionalizantes através do Ver- O- Sol, através do SENAT, entendeu? E outros órgãos que oportunizam cursos pra comunidade. (Parei em 04:14)

1. **Entrevistador:** E no caso, quem cuida de trazer os instrutores? É o pessoal do Propaz também ou vocês também conseguem?

2. **Entrevistado:** Nós buscamos também essas parceiras, mas na maioria das vezes eles que trazem.

1. **Entrevistador:** A instalação está bem organizada, a instalação que tem no centro para desenvolver as atividades. Aí os espaços que são utilizados aqui é quadra, tem o Infocentro...

2. **Entrevistado:** É a quadra, tem o Infocentro, tem a cozinha industrial aqui onde nós estamos, tem o salão social onde é feita outra atividade, inclusive, o curso preparatório para o ENEM. Nós temos atividades esportivas, aí o Fut-Sal, nós temos desde o Sub-07 até o Sub-17, trabalhamos com crianças e adolescentes nessa faixa etária. Nós temos as defesas pessoais também que trabalha dentro dessa faixa etária e também adulta. Nós temos ginástica de manhã, de tarde e de noite e temos um comodato com a Prefeitura para manter uma creche aqui nas dependências do centro comunitário.

1. **Entrevistador:** Como é que a entidade mantém as atividades em desenvolvimento, no caso, os tipos de recursos? Como o senhor estava falando que muitas das vezes vocês trabalham com recurso próprio para conseguir bancar, por exemplo, o pessoal do Infocentro e como que vocês conseguem manter isso?

2. **Entrevistado:** O Propaz entrou com a mão de obra, tipo... ginástica, eles entravam com os professores de educação física e inicialmente nós entramos com o material. É... nós temos um professor de educação física também no Fut-Sal e um técnico onde a gente mantém o Sub-07, Sub-09, Sub-11, Sub-13, Sub-15 e Sub-17 no campeonato paraense. Então, também é uma parceria junto ao Propaz. O curso de Informática também eles cederam lá os professores de Informática e manutenção já que a gente já não tinha mais a parceria com o Infocentro-NavegaPará. Aqui o curso de culinária é voluntariado, as pessoas que vem pra cá são voluntárias tanto da culinária quanto do artesanato. E do corte e costura também que cedido lá do Propaz. A creche e mantida pela Prefeitura, nós fizemos um comodato para que a Prefeitura usasse o espaço para poder manter a creche na nossa comunidade, aonde a gente beneficia aí umas 125 crianças.

1. **Entrevistador:** O senhor tem ideia, mais ou menos, ao todo, de todas essas atividades de quantas pessoas, mais ou menos, a entidade atende?

2. **Entrevistado:** Sim. 125 Crianças. Média de 180 crianças e adolescentes do Fut-Sal. Média de 70 à 80 adolescentes e adultos nas defesas pessoais, que é o Jiu-Jitsu. Em média de 150 senhoras na ginástica. Nos cursos de Informática nós temos duas turmas de 15. Na culinária, artesanato e corte e costura são 20 bimestralmente que é o tempo de curso.

1. **Entrevistador:** Agora vou passar para as perguntas relativamente ao Infocentro e das atividades que ele tinha. Existe uma coordenação geral, o senhor falou que todo mundo trabalha em conjunto, mas existe alguma coordenação que “encabece” o Infocentro ou não?

2. **Entrevistado:** O Infocentro, na verdade, ele não existe mais.

1. **Entrevistador:** Ele já foi desligado. Quando foi que ele foi desligado?

2. **Entrevistado:** Já faz um ano já.

1. **Entrevistador:** É porque, inclusive, esses dados que eu consegui dos Infocentros ainda consta como se estivesse ativo aqui no Allan Kardec, no caso da Secretaria...

2. **Entrevistado:** Então, o que tá ativo, mas não tá nem pegando é a internet. Ele está, na verdade, eles deixaram um ponto de internet, mas a manutenção e a... e a... a manutenção... eles doaram os computadores para a comunidade porque de acordo com o que eles me falaram lá vai ser um novo modelo... estão estruturando um novo modelo. Então, eles doaram e a partir... eles mandavam os professores, mandavam a manutenção, porque a situação era... (inaudível)... pra eles. Mas aí, agora, é com a gente, né. A gente fez essa parceria com o Propaz e não parou mais.

1. **Entrevistador:** Ah... sim. Entendi. Falei isso porque fui visitar um Infocentro que está desativo já, tem uns 3, 4 anos e no sistema deles e no site consta que estava ativo ainda e tem umas informações deles que estão desatualizadas e por isso é bom fazer esse levantamento porque vamos descobrir quais que ainda funcionam e quais deixaram de funcionar. E qual foi o maior problema que vocês tiveram com o Infocentro foi justamente essa falta de apoio para fazer a manutenção, para eles trazerem os funcionários....?

2. **Entrevistado:** É justamente isso. A partir do momento que... tipo assim, nos cedíamos o espaço pro Infocentro, nós tínhamos um contrato e eles mandavam o professor e a manutenção. Então, basicamente, a gente fazia só a matrícula, a gente entrava só om o público e aí a partir desse momento nós tivemos que entrar com a manutenção e os professores, mas como não havia possibilidade nós fomos formar uma parceria com o Propaz que aí eles já estão entrando com o professor e a manutenção.

1. **Entrevistador:**E quais são essas atividades que o Propaz desenvolve, são cursos de informática básica, cursos profissionalizantes...?

2. **Entrevistado:** Exatamente. Informática básica, enfim, todas as atividades feitas aqui no centro comunitário Allan Kardec é um parceria direta com o Propaz. Propaz município, não é o Estado. Tudo porque isso foi um laboratório do Propaz, a partir daqui que vai ser instalado outros polos pra poder dar segmento. Esse aqui é Propaz Polo 1 – Allan Kardec. É o primeiro e único que tem.

1. **Entrevistador:**Quando vocês funcionavam como Infocentro vocês tinham contato com outros Infocentros?

2. **Entrevistado:** Não. Nós sabíamos da existência dos outros, claro. O da Radional e outros pontos, nós sabíamos da existência, mas não tínhamos contato.

1. **Entrevistador:**Só para finalizar, eu gostaria de ver o espaço que vocês utilizam como Infocentro, como o espalho como um todo e se fosse possível o senhor me autoriza a tirar algumas fotografias do espaço para anexar, Ok?

2. **Entrevistado:** Certo!

ENTREVISTA 2 – GRÊMIO RECREATIVO PIRATAS DA BATUCADA

Entrevistado B

Local da entrevista: Sede do Grêmio Recreativo Piratas da Batuada

Data: 17/10/2016

1. Entrevistador: que, no caso, o seguinte são 18 perguntas básicas que são sobre a entidade que o senhor administra e no caso o... (inaudível)

1. Entrevistador: O senhor participou diretamente dos INFOCENTROS que estavam ativos aqui?

2. Entrevistado: Eu participei na condição de presidente da escola.

1. Entrevistador: Mas tinha um outro responsável que era delegada uma outra responsabilidade para esse INFOCENTRO ou o senhor mesmo que cuidava de tudo?

2. Entrevistado: Não, eu cuidava. A parte burocrática da coisa era toda comigo.

1. Entrevistador: Quantas pessoas fazem parte da entidade ou faziam na época do infocentro?

2. Entrevistado: Membros da diretoria? Eram 15, foram 15 diretores.

1. Entrevistador: e a função desses diretores? qual era? primeiro as mais importantes

2. Entrevistado: Porque é o seguinte, funciona assim, é o presidente, nós temos o conselho fiscal, aí nós temos presidente executivo, vice-presidente, é... Secretário, primeiro e segundo secretário, os demais cargos eles são nomeados, aí nós temos, é... diretor de bateria que é a parte, né... são dois diretores; nós temos diretores de evento que são quatro. Aí nós temos o departamento feminino, tem também a parte de projetos sociais, é basicamente isso e a parte de divulgação.

1. Entrevistador: E a relação entre os membros da direção? São relações de amizade, vocês já se conheciam? São pessoas da própria comunidade?

2. Entrevistado: Alguns já, desde quando voltou a passar pro grupo especial em 2008, nos acompanham... (inaudível)... com o diretor de bateria

1. Entrevistador: Assim, as atividades se mantêm com que tipo de recurso? Recursos próprios? Existe algum tipo de auxílio fora do... Como é que faz isso?

2. Entrevistado: Rapaz, infelizmente, em 2009 ou 2010, nós participamos do... nós somos considerados um ponto de cultura, o nome do ponto de cultura é piratas do amanhã. esse ponto de cultura foi através do projeto com o Ministério da Cultura e depois que foi aprovado, foi feito um convênio onde seriam repassadas três cotas de, àquela altura, 60 mil reais altura para a manutenção do ponto. 60% do Ministério da Cultura e 40% do Governo do Estado, através da SECULT. No primeiro ano, funcionou às mil maravilhas, nós tivemos várias atividades aqui, inclusive chegamos a montar um estúdio, um mini estúdio, onde nós gravamos o nosso samba de 2009, foi gravado aqui na escola mesmo. Através dos profissionais integrados davam curso também pra meninada que queria aprender essa parte, né.. de gravação e tal de áudio, nós tivemos aulas de violão, de percussão, danças de salão nós tínhamos, ballet infantil e adolescentes, tivemos também capoeira, isso de atividade. Quando foi no segundo ano, então, você prestava contas para vir o recurso, o que aconteceu é que muitos pontos de cultura não prestaram conta, principalmente de interior, né... Parece que tinha algum, um ou dois indígenas, tinha de quilombola, deu problema a prestação de contas, parece que só uns quatro ou cinco prestaram conta. Aí o secretário na ocasião, o Paulo Chaves, e eu digo mesmo, só queria saber de acabar com isso, devolveu o recurso e também não renovou mais o convênio. Aí, desde lá, alguns projetos nós ainda continuamos e algumas oficinas com doações de diretores, de alguns membros de comunidade, a gente ia pedindo e ia tocando o barco, mas depois foi difícil e nós mantivemos mais a parte de dança e a bateria, né, que isso aí é fundamental pra nós aí foi quando eu implantei, participei, fomos beneficiados com o INFOCENTRO, que no primeiro ano também funcionou às mil maravilhas.

1. Entrevistador: Em que ano foi implantado o INFOCENTRO?

2. Entrevistado: Rapaz, eu não me lembro agora.

1. Entrevistador: Foi no início do mandato da Ana Júlia? Ou foi mais tarde?

2. Entrevistado: Eu não lembro se foi em 2010 ou 2011. Foi mais ou menos isso.

1. Entrevistador: Aí ele foi desativado já quando?

2. Entrevistado: Olha, em 2014, praticamente, eles não deixaram mais, não mandaram mais. Foi até o primeiro semestre mais ou menos de 2014, aí não mandaram mais os instrutores, no início eram dois. Tivemos várias turmas que foram feitas, a gente pegava lá o diploma, o certificado. De lá, deles, eles forneciam e a gente repassava pro pessoal, mas depois... Aí o que que a gente fez? Nós mesmos aqui conseguimos um amigo de um dos diretores que se propôs a ir... aquelas pessoas que procuravam ele ia dando curso, mas não mais na temática de lá do INFOCENTRO mas sim com outra iniciativa própria dele.

1. Entrevistador: Então o que levou a ser desativado o INFOCENTRO foi justamente a falta de eles terem mandado os instrutores?

2. Entrevistado: Deixaram de enviar os instrutores, né... Dizendo que a Universidade ia fazer o... Como era? Não era nem... Como era aquele... Que trabalha com a universidade lá? que ia fazer um concurso lá para se ver os monitores selecionados...

1. Entrevistador: Iam montar o edital, se não me engano era a PRODEPA pra fazer isso aí...

2. Entrevistado: Era, aí fazia isso aí, enrolaram, acabaram não mandando depois. Aí disseram que o banpará que não ia... Que ainda iam renovar com o BANPARÁ a parceria

1. Entrevistador: É porque era o Banpará que pagava os instrutores no caso deles aí eles acabaram tendo um tipo de conflito e acabou resultando no afastamento dos instrutores dos centros...

2. Entrevistado: Foi, pelo menos no nosso caso foi. Aí teve o seguinte já depois, até 2015, mesmo assim eles estavam mantendo o pagamento da energia, né, o consumo de energia.

1. Entrevistador: No caso o “NavegaPará” era responsável pelo pagamento de energia da parte de informática. Foi feito um ponto específico para lá?

2. Entrevistado: Só da sala de informática. Foi, foi. Só que depois eu recebi um documento deles dizendo que a partir daquele momento se nós quiséssemos continuar devíamos fazer a transferência de titularidade na celpa. Aí quando eu fui lá pra fazer, me apresentaram uma conta de R\$2.700,00 para nós.. Porque o nome que tá é o nome de lá da Secretaria, tava no nome deles lá. Ainda mais a escola que a gente luta com dificuldade... Eu disse: “Meu irmão, pode cancelar”, aí cancelaram, sei lá, botaram um novo registro lá.

1. Entrevistador: Mas eles sempre fizeram esse pagamento de energia, desde o início? No convênio tava dito isso?

2. Entrevistado: Foi, desde o início. Não, já tava tudo no projeto, no convênio com o banpará com a rede celpa, na universidade, tem um órgão lá.

1. Entrevistador: O senhor já me adiantou algumas respostas de perguntas que eu ia fazer. As instalações dos locais, tá tendo aula de aula ali, eu estou vendo.

2. Entrevistado: Isso daí já é outro projeto com as crianças, inclusive com esse que é vereador

1. Entrevistador: O senhor tem mais ou menos ideia de quantas pessoas a entidade consegue atender? O senhor tem em mente isso mais ou menos?

2. Entrevistado: Calculado, mas tu dizes em termos dos cursos nossos tal e tudo tudinho?

1. Entrevistador: É, cursos tudinho...

2. Entrevistado: Ah, rapaz, então aí às vezes 190, 200, tem o pessoal da bateria que chega a uma média de, terça e quinta os ensaios, de 50 ritmistas isso enquanto tá agora porque quando se aproxima, no carnaval, a gente é em torno de 1500 a 2000 pessoas circulando na escola, a partir de dezembro e durante este período é uma média de 300 ou 400 ... Se levar em consideração o pessoal do pagode de domingo aqui que tem aqui dá quase 500 pessoas, ou 600.

1. Entrevistador: Tá ok. Eu vou fazer agora umas perguntas mais específicas sobre os INFOCENTROS. São praticamente as mesmas perguntas mas tem algumas diferenciações. Por exemplo, na parte da coordenação dos INFOCENTROS, era o senhor que realmente coordenava também, né. Aí tinha mais alguma distribuição de tarefas com alguns outros membros ou o senhor não ficava na parte burocrática?

2. Entrevistado: Não, não, a parte burocrática toda era comigo e a parte teórica e prática era com os instrutores, responsabilidade deles.

1. Entrevistador: E quantas pessoas o senhor consegue aproximadamente dizer que atendia no INFOCENTRO?

2. Entrevistado: Olha, eram dez equipamentos, chegamos a fazer em média, parece que 8 a 10 turmas. É porque tinha de manhã e de tarde, vinham dois instrutores, aí eram 20 pessoas, quando eles terminavam vinham mais 20 pessoas e assim sucessivamente.

1. Entrevistador: Quais foram as maiores dificuldades mesmo que teve para se manter o INFOCENTRO?

2. Entrevistado: Foi mesmo a questão dos monitores e as vezes em alguns casos a dificuldade de acesso à internet que era deles. Às vezes não entrava direito aqui, geralmente eles diziam que era problema da internet né.

1. Entrevistador: Nesse período em que o INFOCENTRO estava em atividade, tinha alguma comunicação com outros INFOCENTROS de outras comunidades? Tinha algum conhecimento ou vocês eram isolados mesmo?

2. Entrevistado: Não, nos tínhamos um conhecimento mas não tínhamos envolvimento diretamente assim.

1. Entrevistador: E de conversar a respeito de qualquer problemas?

2. Entrevistado: Não, não. Qualquer problema quem eu procurava diretamente lá no “Navega Pará” era a coordenação lá e tentava resolver por lá.

1. Entrevistador: Tá ok, Sr. Ricardo, obrigado pelas informações.

ENTREVISTA 3 – CENTRO COMUNITÁRIO DO PANTANAL

Entrevistado C

Local da entrevista: Centro Comunitário do Pantanal

Data: 25/01/2017

1. **Entrevistador:** Então a gravação em áudio autorizada, né? Só me... Seu nome é Ricardo...

2. **Entrevistado:** Dos Santos Carvalho, agora.

1. **Entrevistador:** Dos Santos Carvalho. A sua função aqui?

2. **Entrevistado:** Presidente.

1. **Entrevistador:** Presidente, né?

2. **Entrevistado:** Sim.

1. **Entrevistador:** A sua idade?

2. **Entrevistado:** 37.

1. **Entrevistador:** Sua profissão?

2. **Entrevistado:** Operador de Caixa.

1. **Entrevistador:** Renda de 1 salário mínimo?

2. **Entrevistado:** Sim.

1. **Entrevistador:** Sua escolaridade?

2. **Entrevistado:** Médio completo.

1. **Entrevistador:** Ricardo é o seguinte. Tenho aqui 18 perguntas para te fazer. Elas são divididas em dois momentos. Elas são parecidas, mas as 8 primeiras são referentes a entidade, propriamente ao centro comunitário, e as outras são referentes ao Infocentro que funcionou. Como elas são parecidas, às vezes, numa resposta tua você já eliminou a outra

pergunta. Daí, com o tempo a gente vai soltando essas outras perguntas aqui pra ti. É... Então, vou começar fazendo as perguntas sobre a entidade, propriamente dita. É... Quantas pessoas fazem parte da direção da entidade?

2. **Entrevistado:** 10.

1. **Entrevistador:** 10 pessoas. Sabe me informar, rapidamente, a função de cada uma?

2. **Entrevistado:** É o executivo, que são 6 pessoas, né! Com os seus... é... titulares e suplentes e o corpo fiscal que são 4 pessoas, titulares e suplentes também.

1. **Entrevistador:** Isso, tá ok. E qual o tipo de relação que há entre esses membros? É uma relação de amizade?

2. **Entrevistado:** Sim. São próprios moradores da comunidade.

1. **Entrevistador:** Tem algum parente que trabalha?

2. **Entrevistado:** Não.

1. **Entrevistador:** Todos são trabalhos voluntários entre moradores da comunidade é isso? Tá Ok. Tem alguém de fora que auxilia nas atividades do centro comunitário ou não? Ou contribui de alguma forma ou não.

2. **Entrevistado:** Não, não tem.

1. **Entrevistador:** Não tem ninguém, só vocês mesmos, não é? E quais são as atividades que são desenvolvidas aqui no centro comunitário?

2. **Entrevistado:** Agora, no centro comunitário a gente tem a escolinha, uma escola comunitária que atende a educação infantil. De crianças 3 a 5 anos de idade. Maternal 2, Jardim 1 e 2. Tem uma atividade de dança que é à noite, que eu diria assim que é mais voltada ao jovem que é o jovem que toma conta, que seria mais ou menos isso, e um curso de eletricitista que também acontece aqui pela parte da noite. Só.

1. **Entrevistador:** Tá Ok. E quem é que disponibiliza esse profissional que dá a aula?

2. **Entrevistado:** A gente faz o contato, né? Com o cara que tá disponível. Pergunta se ele quer prestar algum serviço voluntário e o cara as vezes se interessa como o caso da escola, no caso da dança, no caso do curso de eletricitista e vem, né? Os cursos são ofertados de graça. A dança é de graça, o curso de eletricitista é de graça, a escola não é cobrado nenhum valor e assim vai embora...

1. **Entrevistador:** E as instalações aqui, que mais é utilizado?

2. **Entrevistado:** Na verdade, o centro comunitário comporta todas as atividades. Não tem um local específica na comunidade que seja para A, B e C. Não. É tudo dividido. Quando se vai fazer uma reunião de assembleia geral... Desmonta tudo que é para comportar o pessoal. Não é aquilo “ah... não é sala e aula não pode mexer”, não... O centro comunitário comporta todas as atividades.

1. **Entrevistador:** E como ela se mantém, assim, para manter as atividades em desenvolvimento, tem algum tipo de recurso?

2. **Entrevistado:** A escola recebe, né! Tem um convênio, hoje, contrato de colaboração com a SEMEC que através de um projeto a gente recebe uma ajuda de custo para dar pros professores, né? São profissionais hoje, devido a lei “trezes mil quinhentos e alguma coisa”, que não me lembro, ela obriga que o trabalho voluntário seja reconhecido em carteira. Então a SEMEC ela ajuda com a ajuda de custo que infelizmente não dá para muita coisa, mas ajuda. E a comunidade, de alguma outra forma, tenta correr atrás do restante.

1. **Entrevistador:** Tá Ok. E quantas pessoas são atendidas pelo centro comunitário? Tem mais ou menos ideia?

2. **Entrevistado:** Se somar todos os três trabalhos hoje, dá uma média de 100 pessoas.

1. **Entrevistador:** Tá ok, aqui já finalizou a parte da entidade, agora a gente vai entrar na parte dos Infocentros. Existia uma coordenação específica para o Infocentro ou não?

2. **Entrevistado:** Que eu conheci não. Quando eu entrei aqui tava fechado. A gente montou uma chapa para concorrer a presidência do centro comunitário e me entregaram fechado. Só me entregaram o espaço sem nenhuma atividade funcionando.

1. **Entrevistador:** Mas o Infocentro foi instalado na sua gestão?

2. **Entrevistado:** Não, foi instalado em 2010. Eu entrei aqui em 2012.

1. **Entrevistador:** E ele está desativado desde quando?

2. **Entrevistado:** Vieram, entregaram aí. Fizeram a inauguração. Os gestores da época, não sei se fizeram alguma coisa, mas desde lá encontrasse sem uso, inoperante e acredito que seja uns 6 anos ou mais.

1. **Entrevistador:** No máximo teve uma atividade de 1 ano, mas ou menos?

2. **Entrevistado:** É, desde a inauguração o pessoal ainda veio pra cá fazer alguma coisa

1. **Entrevistador:** Tá ok, e... você estava me explicando mais cedo, ainda pouco, como era feita a atividade para manter o instrutor aqui, você pode repetir agora com a gravação o que você estava me explicando? Você tentou trazer um instrutor que vocês não tinham....

2. **Entrevistado:**É... a ideia aqui era que para as máquinas não ficassem paradas né, a ideia seria conseguir um instrutor que prestasse esse serviço voluntário e que a gente cobrasse uma taxa da comunidade acessível e dividiria esse acessível entre duas partes, metade para o instrutor que daria um curso de módulo básico de informático e outra metade seria para manutenção do espaço, conta de energia , compra de material. Água, material de limpeza e assim sucessivamente.

1. **Entrevistador:** Entendi. Qual foi a principal dificuldade que vocês tiveram para manter o Infocentro?

2. **Entrevistado:** Instrutor. Principalmente instrutor. Porque, tipo assim, não adianta tu ter o material físico se não tem o material humano e vice-versa, não adianta tu ter o material humano se não tem o físico e a entidade não tem condições de pagar um profissional da área para que ele venha pra cá já com o compromisso de dá um curso de manhã, de tarde ou à noite. Não tem condições de fazer isso. Então, vai ficando na mesma, vai ficando na mesma...

1. **Entrevistador:** As instalações utilizadas era somente essa sala aqui? Só pro Infocentro?

2. **Entrevistado:** Isso, só pro Infocentro.

1. **Entrevistador:** “Tu” tinha alguma comunicação com outros Centros Comunitários ou outros Infocentros que vocês pudessem trocar ideia ou alguma coisa do tipo?

2. **Entrevistado:** Não, nunca tive.

1. **Entrevistador:** E vocês chegaram a participar de algumas reuniões na secretaria de tecnologia, eles chegaram a chamar vocês?

2. **Entrevistado:** Eles vieram aqui, na verdade, eles sempre faziam uma visita pra saber como é que tava o Infocentro, se as máquinas ainda estavam no local. Independente de saber se funcionava ou não. Eles queriam saber se o patrimônio do Estado, por ser do Estado, ainda estaria aqui. Aí, eles vinham aqui, observavam as máquinas, faziam suas anotações e iam embora.

1. **Entrevistador:** As avaliações em que tempo, em que período de avaliação?

2. **Entrevistado:** 12 Meses no máximo.

1. **Entrevistador:** Em 12 e 12 meses eles vinham. Eles estão desde esse período que você disse que não estavam mais funcionando?

2. **Entrevistado:** É, há 2 anos atrás, né, surgiu a ideia de que os Infocentros... na verdade, terminou o mandato do Governo Simão Jatene, foi encerrado, em diria assim o Infocentro, o programa NavegaPará foi encerrado por eles e veio a ideia de se doar o material. Como teve eleição não foi feito isso, mas segundo as informações, não são exatas, a gente não recebeu nenhuma notificação, dizendo que já foi publicado no Diário do Pará que quem ainda tinha alguma coisa do NavegaPará, algumas entidades que ainda tinha, eles iam receber, né, esse material para que fosse parte da comunidade já. Ou seja, seria uma doação para a comunidade. Entregar o material para a comunidade. A gente tá esperando.

1. **Entrevistador:** Eles deixaram aqui somente o ponto acesso?

2. **Entrevistado:** É... a internet eu creio que ainda funciona, porque é só plugar o roteador aí, né, eles tem uma senha de acesso lá, a discagem a radio se não me engano, né, aí liga pra eles ou então mandam alguém da SECT aqui fazer a instalar, né, fazer o roteamento aí e recebe o sinal, mas a gente não faz interesse, porque, o interesse seria se fosse um sinal aberto, pelo menos a comunidade acessaria.

1. **Entrevistador:** Isso, era isso que iria perguntar. Porque é um sinal somente para as máquinas.

2. **Entrevistado:** É só para as máquinas. Então, a gente não vai atrás por isso, porque não adianta, como já disse agora pouco, tu ter o material físico e não ter quem trabalhe. O material humano é muito importante também, nessa situação. Então não vai adiantar tu ter 11 máquinas em perfeito estado, mais internet, se tu não tem uma pessoa que possa dar um curso, pelo menos básico, né? Para a comunidade, ofertando isso de graça. Seria mais ou menos isso.

1. **Entrevistador:** Vocês possuem em mãos aqueles contratos celebrados com eles... com o NavegaPará? Assinado...

2. **Entrevistado:** Se tinha isso daí já foi extraviado que já faz tanto tempo, né?

1. **Entrevistador:** Então a documentação não existe mais?

2. **Entrevistado:** É, se tinha já foi extraviado, porque o que eles deixavam... é o que tu ta me entregando agora aqui, como se fosse um “recibozinho” dizendo que a SECTET veio aqui fazer uma visita, né? Regular... e só isso. Então, em aspas, em diria assim, é um

documento que não tem muita importância pra gente. Se fosse um documento que dissesse assim: “ah... a SECTET está se comprometendo a vir fazer a manutenção das máquinas, que vai mandar um monitor pra ofertar cursos pra comunidade, vai abrir essa parceria com a comunidade para que a gente trabalhe, oferecendo cursos”, até mesmo pra ti ajudar a tirar a molecada da rua, seria viável guardar o documento. Mas, um documento de vistoria... Pra mim, seria mais viável se eles pegassem todo o material deles e levasse, por que aí, tipo assim, eu... era uma preocupação a menos na minha gestão, porque eu não teria que dizer, pra quando eles viessem aqui, eu não teria que dizer: “olha, ta faltando um gabinete”. Aí eu não teria que pagar o gabinete, porque alguém roubou ou roubaram... a comunidade invadiu lá... “os ladrão”... eu não teria essa preocupação. Mas, eles nunca vieram, só vinha vê se eles estavam no local, se tava todas as coisas que eles trouxeram e.... sempre teve aqui.

1. **Entrevistador:** Eles chegaram a fazer alguma pagamento de energia elétrica, alguma coisa do tipo ou tudo era por conta de vocês?

2. **Entrevistado:** Não, quando funcionava na época em que se instalou o NavegaPará... era a... a EletroNorte que era responsável pelo pagamento da energia, mas só da área aqui.... dos computadores. Só que era um prejuízo pro estado que não chegava a dar R\$ 100,00, porque se não tinha utilização, não usava. Então, em 2010 agora com a entrada já do.... 2010 não. 2014, com a entrada já do governador, o Simão Jatene, depois que foi encerrado o Programa NavegaPará, eles mandaram... a EletroNorte mandou uma notificação pra gente que a partir de Outubro de 2014 ou 2015, não me lembro bem da data, ia ser desligado a energia....ah... não tem problema nenhuma, porque a gente não utiliza a energia de vocês, né? E foi desativado. Hoje é nossa a energia, mas também não uma coisa que consome, porque as máquinas estão aí sem uso.

1. **Entrevistador:** Tá ok, Ricardo. É só isso mesmo, tu me autoriza a fazer imagens do espaço?

2. **Entrevistado:** Pode ficar a vontade.

1. **Entrevistador:** Tá ok, só finalizar aqui...

ENTREVISTA 4 – CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO SÃO DOMINGOS GUSMÃO

Entrevistado D

Local da entrevista: Centro Social Comunitário São Domingos Gusmão

Data: 24/08/2016

2. Entrevistada: ...e representante do Infocentro dentro da comunidade.

1. Entrevistador: Eu vou fazer o seguinte, eu vou fazer algumas... As perguntas são basicamente as mesmas, tanto para a que estrutura da entidade que recebeu quanto para a estrutura do INFOCENTRO que, como a senhora disse, a senhora foi coordenadora.

2. Entrevistada: É, eu fui representante. Coordenadora não, fui representante.

1. Entrevistador: É, representante. Porque existe a diferença, porque às vezes o responsável pela entidade não era o representante é o responsável pelo INFOCENTRO. Tem essas diferenças.

2. Entrevistada: Porque, na verdade, o responsável pelo INFOCENTRO era o Padre Bruno, né.. mas , assim, a representante, por isso que eu sempre disse bem, sou eu eu... Fui eu.

1. Entrevistador: Não, tipo, na época que você tava.. Assim... “Tô” perguntando a época.

2. Entrevistada: Sim, porque eu era secretária do Centro-Sócio e automaticamente já fui intercalada para lá na época.

1. Entrevistador: Sim, ótimo. Quantas pessoas faziam ou fazem parte da direção da entidade?

2. Entrevistada: Olha, são 12 pessoas do INFOCENTRO... Do INFOCENTRO não, eu vou falar da entidade que é o Centro Sócio-Cultural. São 12 pessoas, né... Contendo a secretária, o coordenador , o diretor, o coordenador, o primeiro-secretário, segundo-secretário, primeiro-tesoureiro, segundo-tesoureiro e suplente, né... No total, dá 12 pessoas.

1. Entrevistador: Você já me disse a função... (inaudível)... A questão da função de cada um. Qual era o tipo de relação que havia entre esses membros da entidade? eram pessoas conhecidas da comunidade? Eram amizades...?

2. Entrevistada: Sim, todos são da comunidade, integrantes de pastorais, da própria igreja também, porque o centro sócio cultural é a partir da Paróquia de São Domingos de Gusmão. Então, todos são da área, né... Vamos dizer assim...

1. Entrevistador: Existia algum auxílio de fora da entidade?

2. Entrevistada: Não, sempre foi... (inaudível)... Exato... Nós tínhamos, assim, recursos.. A gente não teve nunca recurso de fora pra dentro... O que havia era, assim, uma parceria, né, com as demais entidades que lá nos procuravam, porque você sabe que o bairro da Terra Firme é um bairro periférico, um bairro marginalizado e etc, etc... Então, assim, muitas entidades de fora como o SENAI, o SENAC, o IPAR... Sempre vinham até nós para utilizar o espaço ofertando cursos profissionalizantes para o pessoal da redondeza.

1. Entrevistador: É exatamente essa a próxima pergunta, no caso, quais eram as atividades desenvolvidas. Aí já tá bom [*sic*] que já até adiantou, assim, “tá” ótimo. (Risos). Você poderia especificar?

2. Entrevistada: Os cursos profissionalizantes que houveram lá? Foi qualificação, foi de arte culinária, salgados, a própria informática básica, fora ainda do infocentro, já oferecíamos antes, né... Nós tínhamos um convênio com a Eletronorte, no qual trouxe pra gente também, e... Eletricista predial, pintor, encanador...

1. Entrevistador: Como eram as instalações utilizadas? Era só o salão?

2. Entrevistada: Não, era um prédio grande... Com salas, entendeu? Com secretária, com copa, banheiros femininos e masculinos e a própria sala de informática.

1. Entrevistador: A senhora consegue destacar, quantas pessoas mais ou menos eram atendidas? A senhora tem mais ou menos a ideia?

2. Entrevistada: Você fala só pelo centro? Sem o infocentro?

1. Entrevistador: Sim, sem INFOCENTRO.

2. Entrevistada: Pelo centro, nós já capacitamos mais de 1300 pessoas, dentre todos os cursos, oficinas... Mais de 1300 pessoas... (inaudível).

Entrevista interrompida

1. Entrevistador: Eu vou continuar agora. Agora eu vou passar para a questão do INFOCENTRO. OK? Vai ser basicamente as mesmas perguntas [sic]. No INFOCENTRO, quantas pessoas participavam da coordenação no INFOCENTRO?

2. Entrevistada: Olha, é.. Não querendo já... Mas, assim, o INFOCENTRO, geralmente, quem tava no em todos,era eu. Reuniões na PRODEPA, reuniões no CEDECT, que na época do CEDECT... É... Reuniões e afins era tudo eu. Mas então, assim, havia um corpo, né... Um corpo organismo de pessoas. E vamos dizer assim, só o nome, né?! Mas havia sim um corpo de... (inaudível).

1. Entrevistador: Mais ou menos quantas pessoas eram?

2. Entrevistada: eram 5 pessoas

1. Entrevistador: 5 pessoas, mas todas as atividades giravam em torno da senhora no caso, né?

2. Entrevistada: É, exato. Até pelo que eu te falei, pelo fato de ser a representante, então eu acabava ficando com a responsabilidade maior.

1. Entrevistador: Como eram distribuídas as atividade entre essas 5 pessoas? A função, no caso.

2. Entrevistada: Então, era assim, eu seria somente a secretária. Aí tinha o coordenador, tinha o vice coordenador e tinha as pessoas de apoio; duas pessoas de apoio. Acabava que nem as de apoio e nem os dois coordenadores ficavam. Só a secretária mesmo. Até por conta de que as pessoas, como não era vínculo empregatício, as pessoas tinham também seus empregos, então, assim, era naquele tempo que eles tinham e, como eu tava lá, já facilitava nesse sentido. Mas tudo era repassado para eles, tudo o que acontecia, todas as reuniões, todas as oficinas que haviam também pros coordenadores e pros representantes, havia também oficinas.

1. Entrevistador: E essas mesmas pessoas que trabalhavam no INFOCENTRO, eram as mesmas pessoas que participavam dessa coordenação?

2. Entrevistada: Não, não... Eram pessoas diferentes

1. Entrevistador: Mas também eram pessoas da comunidade?

2. Entrevistada: Sim, sim, todas da comunidade. Na época, nós tínhamos a Paróquia de São Domingos agregada ainda à Santa Maria, era Comunidade São Domingos, então nós éramos 6 comunidades, com a Matriz, obviamente. Então, assim, nós tiramos as 5 pessoas exatamente das comunidades, você entendeu? Pra ficar bem representativo, até porque quando as oficinas chegassem, os cursos chegassem, todos saberiam simultaneamente.

Porque tínhamos um representante de cada comunidade dentro do INFOCENTRO, no qual repassaria pra eles, entendeste? Para a gente distribuir o número de vagas dos cursos.

1. Entrevistador: A respeito também dos INFOCENTROS não existia nenhum recurso de fora? Era tudo do governo?

2. Entrevistada: Não, não, era tudo do governo. O governo pagava os monitores, que eram os bolsistas e a energia elétrica do Centro Sócio.

1. Entrevistador: Também era ele que pagavam?

2. Entrevistada: É, eram eles que custeavam.

1. Entrevistador: Aí, as outras, ligação de água, essas coisas...?

2. Entrevistada: Não, não, tudo já era da entidade.

1. Entrevistador: Quais eram as atividades desenvolvidas no INFOCENTRO além da informática básica? Ou era somente essa?

2. Entrevistada: Não, tinha informática básica e a gente conseguiu também a avançada, não é?! Conseguimos também que era, no caso, no turno da noite, exatamente para aqueles que já tinham feito o curso, só que não ia ficar parado e nem iam ser agraciados com o INFOCENTRO, com o Navega Pará, por conta de que já tinham feito o curso então como nós tínhamos já uma demanda muito boa de pessoas que já haviam feito o curso, então a gente entrou com o recurso operante ao CEDECT, a CEDECT entrou com a PRODEPA também, até por conta dos processamentos dos dados dos computadores para a gente fazer o curso avançado. Aí houve o curso avançado.

1. Entrevistador: As instalações também eram as mesmas naquele prédio?

2. Entrevistada: Sim, sim.

1. Entrevistador: Quantas pessoas eram atendidas só pelo INFOCENTRO?

2. Entrevistada: Nós formamos, num contexto geral, 1577 pessoas, entre jovens, crianças, adultos e idosos. E a gente tinha, dentre a semana de curso, um dia voltado para a comunidade, aquele que não puderam fazer o curso... (Interrupção) *Na djalma não, meu amor...* (inaudível).

1. Entrevistador: Quais eram as maiores dificuldades de manter o INFOCENTRO?

2. Entrevistada: A nossa dificuldade era os monitores, porque assim... (Interrupção) *Eu creio que sim, dá uma olhada, mano...* Eu... Nós sempre batíamos com eles que eles

mandavam monitores de outros bairros sendo que no bairro a gente tinha pessoas capacitadas. Então a nossa maior dificuldade deste INFOCENTRO era a questão do monitor. Por que que a gente...? Eles davam ajuda de custo, só que você já viu, vir monitor de outro bairro pra cá é difícil. As pessoas não querem vir pra cá

1. Entrevistador: É, não conhecem o local, podem achar perigoso.. (inaudível)

2. Entrevistada: Não, Terra Firme já é... Falou o nome da Terra Firme... Ou então, “olha vai lá na minha casa”, “onde é? “na Terra Firme” “meu Deus! Não vou. Vamo se encontrar em outro lugar porque”... entendeste como é? Já tem aquele estigma a terra firme. Então a maior dificuldade era com os monitores do bairro para eles realizarem o trabalho deles no bairro.

1. Entrevistador: Você chegou a “ficar na mão”, assim, no caso do monitor não vir??

2. Entrevistada: Sim, sim, sim. Várias vezes.

1. Entrevistador: Além dessas, tinha alguma dificuldade em atender os critérios de avaliação? Como era feito assim, o critério?

2. Entrevistada: Não. Olha, era muito básico assim o... (Interrupção) *Bom dia meu amor...* Era muito básico os critérios que eles pediam pra gente.. Mas tu falas das pessoas que faziam o curso?

1. Entrevistador: Não. No caso, a avaliação porque o próprio Navega Pará fazia a avaliação das entidades... (inaudível) que tinham vários critérios que vinham no edital... Não tiveram problema nenhum?

2. Entrevistada: Ah sim, mas a gente atendia sim. Não, não. Quanto a isso, a gente atendia sim

1. Entrevistador: A última pergunta agora é sobre saber a comunicação com os outros INFOCENTROS. Você disse que tentaram interligar as comunidades, certo. Mas vocês tinham contato com outros INFOCENTROS?

2. Entrevistada: Não, nós fizemos isso... (inaudível). Deixa eu te falar, nós tínhamos contato com os INFOCENTROS a partir do momento em que nós íamos pras formações. Nas formações é que lá a gente conhecia quem era quem. As formações eram sempre no CEDECT ou no PRODEPA, ta? Então, assim, a gente conhecia nessa palestras que a gente ia lá participar nessas oficinas, entendeste? Aí, na conversa ao lado é que a gente... Ah eu sou do centro fulano de tal, lá é regido assim, assim, assim.. Então o que eu percebi é que, nessa ocasião, o centro que eles implantavam INFOCENTRO no qual não obtiveram nenhuma dor de cabeça foi aqui, entendeu? Porque eles encontraram estrutura pronta. Até

ar condicionado já tinha na nossa sala de informática entendeu? Eles encontraram suporte pra eles.

1. Entrevistador: E esses eram os requisitos que constavam no edital... tinha que ter toda uma estrutura...

2. Entrevistada: Exatamente tinha que ter um local apropriado entendeste então essas coisas por isso que eu te falo a gente preencheu completamente a ansiedade deles entendeu? em relação a isso. agora assim, os demais não, era muita dificuldade. teve infocentro que eles tiveram que construir

1. Entrevistador: E como foi o encerramento dessas atividades? Como se deu? Há quanto tempo foi?

2. Entrevistada: Deixa eu te falar, foi simplesmente com o tempo. Sabe quando você tá num local, assim, que você deixa o tempo passar? Assim foi, aos pouquinhos. Não houve, assim, uma reunião, não houve uma conversação, não houve nada no qual viessem procurar a nós, os representantes dos INFOCENTROS, para informar que não haveria mais condições de eles darem continuidade ao projeto.

1. Entrevistador: Foi por parte deles que partiu, então, no caso?

2. Entrevistada: Foi, por parte deles que partiu, não pela nossa. Eles não prep... Nenhum INFOCENTRO...

1. Entrevistador: Eles não comunicaram nada?

2. Entrevistada: Não, nada. Não houve, não houve. Como eu tô lhe falando, não houve nenhum chamado para nos informar que não... O que houve logo no primeiro mandato do Jatene foi, de que ele iria dar continuidade, mas isso foi pra mídia, isso não foi para os representantes. Isso saiu na mídia que ele ia dar continuidade porque era um projeto que tava vindo, né? Tava sendo bem aceito pela população, aquilo outro.. Mas era mais de campanha ainda do que outra coisa tanto é tanto prova que tá aí os INFOCENTROS se você for nos outros INFOCENTROS você vai ver a mesma resposta.

2. Entrevistada: Houve mesmo. Aí começou o troca-troca; as pessoas que trabalharam com a gente nas instalações dos INFOCENTROS, porque os INFOCENTROS e os “Navega Pará” foram inaugurados quase que simultaneamente, entendeste? Dentro da cidade. Nos interiores, não! Já estava sendo bem mais aceito. Na cidade foi assim, hoje aqui amanhã ali, foi assim. Então, assim, todos os “Navega Pará”, a gente tem, assim, aquela coisa, aquele sentimento de abandono total do governo logo no primeiro semestre, logo que ele assumiu, porque não houve interesse algum e era uma coisa boa era uma coisa que ele podia dar continuidade. Porque assim, hoje não mais. Hoje, eu te digo que não mais, por que? Haja vista que antes era um *boom* de cyber, e hoje, não tem mais tantos

cybers assim, né?! Porque já veio a facilidade da internet móvel, né? Já veio a facilidade também do valor, né?! Facilitando também o acesso. Já veio também a questão do pré, que você paga antes pra usar. São 'n' coisas que, hoje, já facilitam até pras pessoas de menor poder aquisitivo. Então, hoje eu te digo que o "Navega Pará", eu te digo que ele já não é mais tão importante como em 2007 e 2008, você tá entendendo?! Pelo fato de hoje a tecnologia ter avançado bastante e a condição do pessoal, do povo, melhorou de certa forma e tiveram condição de ter internet em casa, essas coisas todas... Então, assim, não há muita... É mais a questão de *Xerox* mesmo, que ainda a gente consegue ainda manter... (Interrupção) *Licença... Bom dia amado...*

Entrevista interrompida

1. Entrevistador: Teve um encerramento, exatamente quando foi que encerrou?

2. Entrevistada: Olha, entre 2009 e 2010, foi em 2010, por aí que houve assim vamos dizer a gente ainda tinha assim aulas, depois nós não tivemos mais aí já começou a vir a escassez de monitor. entendeu?! O início dele foi em 2008 no Sao Domingos.

1. Entrevistador: A duração do INFOCENTRO, ele durou apenas dois anos no caso, 2008 a 2010...

2. Entrevistada: É, foi mais ou menos isso, a Ana Júlia ficou até quando?

1. Entrevistador: A Ana Júlia ficou até 2010, de 2006 a 2010, 1 mandato só...

2. Entrevistada: É, é isso mesmo

1. Entrevistador: Ok. Só isso mesmo, tá. Obrigado.

2. Entrevistada: Tá ótimo, querido, obrigada também você. Precisando...

ENTREVISTA 5 – CRECHE FREI DANIEL

Entrevistado F

Local da entrevista: Ambulatório do Centro Comunitário Riacho Doce/Pantanal

Data: 27/01/2017

1. Entrevistador: A senhora é coordenadora aqui, né?!

2. Entrevistada: É.

1. Entrevistador: Sua Idade, por favor.

2. Entrevistada: 67.

1. Entrevistador: Sua profissão, por favor.

2. Entrevistada: sou pedagoga, sou professora.

1. Entrevistador: como a senhora classifica essa instituição aqui??

2. Entrevistada: Não, aqui, a nossa instituição, ela é uma instituição que foi criada pelo frei Apolonio Troecio para atender a comunidade em creche, então é uma creche, aí, depois, outros amigos, os freis, lotaram esse ambulatório que atende também a comunidade com dentista, com encaminhamento para oftalmologista e com clínica médica, a médica que atende aqui... são alunos da UFPA porque ela não está atendendo lá no Riacho Doce, né, no Programa da Família, então ela usa o nosso espaço com esses alunos da UFPA.

1. Entrevistador: No caso, a informação que a secretaria me deu foi Centro Comunitario Frei Daniel, não é esse o nome, a informação está incorreta?

2. Entrevistada: Não, não somos centro comunitário. Aqui foi cedido, eles solicitaram na época, né... Que eles queriam trancar o INFOCENTRO, eles solicitaram o espaço devido a ser a Comunidade Pantanal aqui e não tinha um espaço assim mais seguro, um espaço maior, né?! Que desse pra atender a comunidade com esse programa do governo que era do “Navega Pará”. Eles solicitaram o espaço, aí o frei autorizou a gente a ceder esse espaço para eles.

1. Entrevistador: São 18 perguntas divididas em 2 etapas; são praticamente as mesmas perguntas que eu vou fazer pra senhora uma a respeito da entidade e as outras vão ser só sobre o infocentro.

1. Entrevistador: Quantas pessoas faziam parte da coordenação ou da direção da entidade?

2. Entrevistada: Qual a entidade?

1. Entrevistador: Essa aqui, o centro...

2. Entrevistada: Aqui não é um centro. eu acho que as suas perguntas quanto ao centro comunitário tem que ser dirigidas a outra pessoa que é a responsável do centro comunitário. Nós apenas cedemos voluntariamente, sem nenhum ônus, foi cedido mesmo, o nosso espaço que eu vou lhe mostrar, para o “Navega Pará”. Só isso. Nós não tínhamos nenhum tipo de comando, de vínculo, nenhuma ingerência no “Navega Pará”.

1. Entrevistador: o INFOCENTRO atendia quantas pessoas?

2. Entrevistada: Também você tem que conversar... Eu vou lhe indicar uma pessoa, que ele era monitor na época, entendeu? Ele era o monitor, então, assim, que coordenava, que tinha vínculo direto com o pessoal do “Navega Pará”. Ele dava também a formação... que é o Éder. Ele tem todas as respostas que você precisa aí.

1. Entrevistador: Eu posso entrar em contato com a senhora, para me passar né?!

2. Entrevistada: Pode, pode sim.

1. Entrevistador: Funcionava aqui mesmo?

2. Entrevistada: Eu vou lhe mostrar.

2. Entrevistada: Esse espaço aqui a gente cedeu pro Navega Pará... (inaudível)

1. Entrevistador: Ele está coberto, está coberto...

2. Entrevistada: Aí eles instalaram aqui né, os computadores tudo, aí por questão de segurança, como alguns computadores estavam desaparecendo aí eu peguei e botei em uma sala lá em cima. Estão todos lá em cima. Todos, segundo o Éder, não estão funcionando.

1. Entrevistador: Falta de manutenção, ne...

2. Entrevistada: Falta de manutenção, vidros, enfim... O meu trabalho é voluntário. A minha administração é direta com o frei, né... Então, tinha uma diretoria aqui né, que tinha presidente, diretora... Entendeu?

1. Entrevistador: Aí ela se desfez?

2. Entrevistada: Aí ela se desfez porque eles fizeram uma péssima administração e deixaram uma dívida de quase um milhão, trabalhista.

2. Entrevistada: Olha (mostrando a sala com os equipamentos supracitados), eu trouxe todos pra cá, aqui eles estão, eles estão... Assim, o que que eu fiz? Eu numerei, eu conferi, eu fotografei e passei pro Frei. Fiz a minha parte de atrach de 2013 para comunicar. Ainda veio aqui o pessoal da ação social, a Dona Terezinha ainda mandou uma pessoa, depois não vieram mais ninguém [sic] e aí eu botei aqui e eu até falei, “Frei, assim que eu tiver um tempinho de todas essas coisas que eu tenho para fazer, eu vou novamente atrás desse pessoal para ver o que que eles vão fazer com isso”.

1. Entrevistador: É, ver o que pode fazer. Tá até sem fonte... A senhora autoriza eu fazer imagem deles?

2. Entrevistada: Não, infelizmente, agora, neste momento, não. Tá?

1. Entrevistador: Tá, sem problema nenhum.

2. Entrevistada: Aí no andar da tua pesquisa e tal, aí a gente...

1. Entrevistador: Sem problema nenhum.

2. Entrevistada: Então, vamos avançar né.

1. Entrevistador: Tá ok, vamos lá.

2. Entrevistada: Agora assim documento assim eu não tenho, porque, como eu te falei, nós cedíamos o espaço, então eu não tenho documento.

1. Entrevistador: Mas deve ter ficado na responsabilidade de outra pessoa, porque tem que fazer... (inaudível).

2. Entrevistada: Ah, o Eder deve ter... Tem, tem sim contrato...

1. Entrevistador: (inaudível)... uma solicitação...

2. Entrevistada: E, também, ali naquele espaço, não tinha, é... papel assim não sei se as meninas acharam alguma coisa que já vai pro lixo, né?! Porque eu acho assim, que eles não se sentiam, assim, na obrigação de...

1. Entrevistador: Eu acho que até eles repassaram as informações...

2. Entrevistada: Eu acho assim que eles não se sentiam na obrigação de cuidar, entendeu? Porque é aquela questão, eles eram funcionários, então não recebiam, então eu acho que tem essa questão. *Tô atrasada já... Deixa eu pegar uma pasta aqui, que eu vou levar aqui pra casa, que eu ia fazer aqui e já vou levar pra minha casa. Eu disse que não vou levar, que não vou levar...*

1. Entrevistador: *A gente sempre diz que não vai levar*

2. Entrevistada: *Poxa! (risos)*

1. Entrevistador: Era apenas um monitor que trabalhava aqui?

2. Entrevistada: Hein?

1. Entrevistador: Era apenas um monitor que trabalhava?

2. Entrevistada: Não, eram dois. Dois monitores.

1. Entrevistador: Eles tiveram problema também com pagamento por parte do “Navega Pará”, né?

2. Entrevistada: Não, eles tinham. eles tinham sim. Só que assim...

1. Entrevistador: Qual foi a principal dificuldade, assim, de manter o INFOCENTRO?

2. Entrevistada: Eu acho que foi essa manutenção que... (inaudível)... porque eles... (inaudível)... (risos)... (inaudível)

1. Entrevistador: Eu tenho uma percepção da senhora a respeito do afastamento das atividades foi toda essa questão da manutenção dos equipamentos...

2. Entrevistada: Eu acho que foi, manutenção... Não sei se não renovaram o contrato com eles...

1. Entrevistador: É, a... Eu esqueci o nome da moça que me atendeu agora de manhã.

2. Entrevistada: É a Elenice?

1. Entrevistador: É, ela chegou a me informar que os instrutores não estavam recebendo o dinheiro por parte do estado.

2. Entrevistada: É, eles se queixavam que não recebiam...

1. Entrevistador: Aí eles acabam conseguindo uma maneira não de vir né...

2. Entrevistada: Nem de vir e nem de cuidar, né... Agora eu achava, eu sempre reclamava pra ele e pra ela, eu achava assim, muito pouco divulgado. Para mim, era um trabalho, assim, de fundamental importância, muito importante. Extremamente necessário aqui pra comunidade, né?! Porque o tempo que essas crianças estão aí pela rua, eles estavam aí, aprendendo e crescendo. Mas não! Eu achava a divulgação muito pobre.

1. Entrevistador: Mas aí, no caso, a senhora achava a divulgação daqui do espaço...

2. Entrevistada: Daqui do espaço dessa comunidade, sabe, de colocar... porque eles não colocam um carro só para divulgar uma festa? Não é verdade? *fecha aqui, mano*. Então eu achava assim muito pouco divulgado sabe. É, eu acho que dar mais acolhida do jovem, né?! Aquela coisa de valorizar uma coisa que, infelizmente, tem aquela cultura de dizer “Ah, é do governo.”. Nada do governo, é nosso!

1. Entrevistador: Como se isso isentasse da responsabilidade de participar...

2. Entrevistada: Justamente! Foram criados naquela questão de que, “ah é do governo”...

1. Entrevistador: É, eu acho que é só isso mesmo. Eu posso entrar em contato com a senhora quando pra eu conseguir falar com o Éder?

2. Entrevistada: Com o Eder? Rapaz, olha, tu me liga né. Se eu tiver conseguido, tu dá uma ligada no meu... Eu vou tentar falar hoje com ele, porque eu nunca mais vi o Éder. Mas eu tenho como mandar recado pra ele, sabe?

1. Entrevistador: Sim. Então eu ligo amanhã, de manhã, umas dez horas.

2. Entrevistada: Pois é, Robson, fica à vontade. Espero que você consiga mexer bem nesse vespeiro aí e ficar bem pra que isso volte a funcionar, porque esse teu trabalho aí vai mexer né...

1. Entrevistador: E é muito importante as entrevistas porque eles vão entrar (inaudível)... As entrevistas, os relatos das pessoas valem muito mais do que eu simplesmente dizer... Tá ok, muito obrigado.

2. Entrevistada: Eu agradeço, viu, Robson?!

1. Entrevistador: Eu que agradeço!

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DO ARIRI BOLONHA À SECTET

**ANEXO B – APRESENTAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO ARIRI
BOLONHA**

O Centro Comunitário desenvolve um trabalho que objetiva apoiar e orientar as famílias, idosos, crianças e adolescentes que se encontram em situação de conflitos e vulnerabilidade social na perspectiva de potencialização para superação dos problemas e melhoria da qualidade de vida.

O Centro Comunitário também desenvolve projetos sociais através da participação de voluntários, este ator social e agente de transformação que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, num trabalho cujo fio condutor é essencialmente a solidariedade.

Nossos voluntários doando seu tempo e conhecimentos realizam não somente ações pontuais, esporádicas, mas alguns assumem maiores compromissos, quase próximo de uma ação profissional. As razões do ingresso desses agentes do Centro Comunitário no voluntariado resultam, ora de motivação pessoal, de satisfação de um ideal, ora da determinação de apoiar uma causa social ou ambiental.

Ressaltar que, a importância do trabalho voluntário é um esforço de integração, reunindo indivíduos, grupos e instituições em torno de um objetivo verdadeiro que é o exercício de cidadania, não apenas na defesa de direitos, mas na ação em favor da melhoria da qualidade de vida das pessoas que precisam de oportunidade no mercado de trabalho. Além disso, irradia-se na comunidade, pouco a pouco, a convicção de que o voluntariado são pessoas que, querem dividir os seus conhecimentos para a melhoria da comunidade. Contudo, o Centro Comunitário Conjunto do Residencial Ariri Bolonha acredita no espírito solidário de sua comunidade e, por isso, está presente sempre no movimento social para validar a sua relevância no seu contexto em que está inserido.

O Centro Comunitário tem diversas atividades que são realizadas durante o ano como: aulas de karatê, balé, cursos profissionalizantes (eletricista, pedreiro, etc), informática, dança de salão, capoeira, futebol e palestras e oficinas educativas com intuito de desenvolver valores éticos e morais e atividades físicas.

Cursos Realizados em 2013

O Centro Comunitário do Conjunto Ariri Bolonha administrado pelo atual Presidente Dagoberto Monteiro, em 2013, foi realizado cinco (05) cursos gratuitos em parceria com o SENA, com objetivo de capacitar as pessoas da comunidade para gerar renda através do desenvolvimento profissional de habilidades técnicas que propicie a formação de um cidadão consciente e integrado à realidade social, política e econômica da comunidade. Os cinco cursos administrados pelo SENAR foram:

*Curso de Material de higiene e limpeza: apreender a fabricar sabão em barra; detergente; kiboá; amaciante; limpa alumínio. Ministrante: Maria Auxiliadora, no período: 25/02 à 01/03/2013, C. horária: 40h;

* Customização: apreender a desenhar na camisa. Ministrante: Fernanda Brasil, carga horária: 40 h;

* Curso Pintura em Tecido, Ministrante: Andreza Ribeiro, carga horária: 40 h.

* Curso Pintura em Vidro, Ministrante: Wilton de Jesus Borges, carga. Horária: 40 h;

* Curso do Material Higiene de Limpeza realizado no 2º semestre no período: 26/08 à 30/08/2013, carga horária: 40h.

Observação: Os materiais utilizados nos cursos foram doados pelo SENAR.

Atividades Desenvolvidas no centro Comunitário:

Caráter: Competição a nível regional e nacional. Prof.º Emilio Brito 4º DAN; duas turmas divididas (Iniciantes de 05 anos a 10 anos e Graduados): 2ª, 4ª e 6ª feira nos horários: 17:00 as 18:00h / 18:00 as 20:00 h, valor da taxa de inscrição: R\$ 30,00.

Bale: Prof.ª Luana Cristine, duas turmas divididas (inscrição de crianças a partir de 05 anos), 3ª e sab. nos horários: 3ª feira as 14: 00 as 17:00 h / sábado as 08: 00 as 12: 00 h. Valor da taxa de inscrição: R\$ 30,00.

Infocentro: Prof.ª Antônia ministrante da PRODEPA, duas turmas divididas, 2ª, 4ª e 6ª feira no horário das 16: 00 as 17:00 / 17:00 as 18:00 h, inscrição gratuita, vagas: 09 alunos por turma.

Capoeira: 3ª , 5ª e sábado (observação: para não coincidir com outra atividade) no horário: 19:30 as 21:00 h, Valor da taxa de inscrição: R\$15,00

Escolinha de futebol: Prof.º Ruy, realizada aos sábados na arena da Comunidade Ariri Bolonha no horário das 07:30 as 10:00 h, a inscrição é gratuita e é feita diretamente na arena. Observação: O Centro Comunitário é responsável pelo material esportivo.

Long Dance: 2ª e 4ª feira no horário das 16:00 as 17:00h, valor da taxa de inscrição: R\$ 30,00. Observação: material por conta do aluno.

Cursos Realizados em 2014

*Curso de eletricista de baixa e alta tenção, realizado no período: , carga horária: 60 hs/ aula, em parceria com a Escola Maia, localizada na Trav. Mercês com Almirante Barroso. Obs: foram formados 20 alunos da nossa comunidade;

Cursos Realizados em 2015

No período de julho a agosto, fizemos uma parceria com INSTITUTO NETO ALMEIDA, ASSUBSAR e SENAI, realizaram uma prova de seleção para nossos moradores e resultou deste processo, 80 participantes aprovados para cursarem a profissão técnica de eletricista e de Pedreiro, no período de 90 dias, teve início no mês de julho e encerramento no mês de setembro de 2015.

Ainda neste período de julho a agosto de 2015, realizamos os cursos de pintura em vidro e fabricação de bolsas, os quais foram promovido pelo SENAR em Parceria com esta comunidade, com duração de 40 hs/ aula.

Desde já agradecemos o apoio, reiterando nossos cordiais, agradecimentos.

Belém-Pa; 03 de novembro de 2015.

Atenciosamente:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE, Y. P. C. **O PTP e as limitações para a efetivação de políticas públicas: participação popular no governo de Ana Júlia Carepa (2007-2010)**. 2012. 90 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ALEJANDRO, V. A. O; NORMAN, A. G. **Manual Introdutório à Análise de Redes Sociais**. 2005. Disponível em: <http://www2.unicentro.br/lmqqa/files/2016/05/Manualintrodutorio_ex_ucinet.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2016.

ALMEIDA, J. J. **A cidade de marabá sob o impacto dos Projetos governamentais (1970-2000)**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 167-188, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, L. B.; PAULA, L. G. **O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005.

ALMEIDA, M. H. T. **O corporativismo em declínio?** In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAÚJO, A. M. C; TÁPIA, J. R. B. **Corporativismo e Neocorporativismo: Exame de Duas Trajetórias**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, n. 32, 2.º semestre de 1991.

ASSUNÇÃO, U. S. **Redes sociais e capital social: um estudo de caso dos coletores de caranguejos do município de Curuçá/PA**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade da Amazônia, 2012.

BALBONI, M. R. **POR DETRÁS DA INCLUSÃO DIGITAL: Uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil**. 2007. 242 f. Tese de Doutorado - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2007.

BIER, A; PAULANI, L.; MESSEMBERG, R. **A crise do saneamento no Brasil: reforma**

tributária, uma falsa resposta. In: Pesquisas e Planejamento Econômico, 1998.

BRAGA, J. C; MEDICI, A.; ARRETCHE, M. **Novos horizontes para a regulamentação do sistema de saneamento no Brasil.** In: Revista de Administração Pública, Vol. 29, n.1, 1995.

BRITO, S. R. **Estratégia para análise da concentração de infraestrutura de acesso às tecnologias da informação e comunicação nos municípios da Amazônia legal brasileira.** 2016. 103 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Pará, 2016.

BUZATO, M. E. K. **Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Educação, v.13, n.18, p. 325-342, 2008.

CARDOSO, T. S; DAHER, L. R. **Navegapará: os desafios da banda larga na Amazônia.** Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5 n. 2, p.187-193, jan./jun. 2012.

CASTRO, F. F; BAÍA, D. C. P. **Uma experiência de inclusão digital na Amazônia: O Programa NavegaPará e o horizonte da democracia representativa. Limites e esperanças.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 19, n. 2, pp. 390-409, maio/ago. 2012.

CHAHIN, A; CUNHA, M.A; KNIGHT, P.T; PINTO, S.L. **E-Gov.Br a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo.**São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

DINIZ, E.H; BARBOSA, A.F; JUNQUEIRA, A.R.B; PRADO,O. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise.** Revista de Administração Pública (RAP) — RIO DE JANEIRO 43 (1): 23-48, JAN./FEV. 2009.

DINIZ, E.H; RIBEIRO, M. M. **O conceito de esfera pública interconectada e o site “webcidadania” no brasil.** Gestão& Regionalidade - Vol. 28 - Nº 83 - mai-ago/2012.

SILVA, D; FAVACHO, D; MORBACH, M. C. **O Governo do PT no Pará e sua relação com a Assembléia Legislativa.** Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil. Org. SANTOS, André. GRILL, Igor. SEIDL, Ernesto. SOUZA, Carlos. São Leopoldo: Oikos, São Luís,

EDUFMA, 2012.

EISENBERG, J; M. CEPIK. **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica.**Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

FILHO, M. C. F. **Rede de Catadores de Materiais Recicláveis: Perspectiva para a Organização da Autogestão.** APGS, Viçosa, v. 4, n. 3, pp. 341-364, jul./set. 2012.

FREEMAN, L.C. **Visualizing Social Networks.**1998.Disponível em:
<<http://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume1/Freeman.html>>Acessado em: 10 de Novembro de 2015.

FREIRE, I. M. **Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital.** Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set/ dez. 2006.

FREY, K; PENNA, M. C, JR, S. C. **Redes de políticas públicas e sua análise.** 29º Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005 - CAXAMBU - MG. Anais do encontro.

FRIEDKIN, N. E. **Social Cohesion.** Annual Review of Sociology.Vol. 30: 409-425, 2004.

GONÇALVEZ, F. S. **Infraestrutura de acesso à internet: o arranjo político- econômico do Navegapará.** 2011. 218 f. Dissertação de mestrado - Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GORMLEY, William T. Jr. **Public Policy Analysis: Ideas and Impacts.** AnnualReviewofPolitical Science. Vol. 10: 297-313, 2007

GUEDES, F. G; CARDOSO, A. C. **Infraestrutura De Banda Larga e Política Pública de Inclusão Digital na Amazônia.** 2012. Disponível em:<<http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=66>>. Acesso em: 13 de Outubro de 2016.

HELOU, A. R. H. A; LENZI, G. K. S; ABREU, A. D; SAISS, G; SANTOS, N. **Políticas Públicas De Inclusão Digital.** Novas Tecnologias na Educação, CINTED-UFRGS,V. 9 Nº

1, julho, 2011.

IPEA. Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga. Comunicado do IPEA, Nº 46, 26 de abril de 2010.

JOHNSON, A. G. Dicionário de sociologia: Guia prático da linguagem sociológica. 1ª ed. Zahar, 1997.

LEMONS, A; MARQUES, F. J. A. O Plano Nacional de Banda Larga Brasileiro: um estudo de seus limites e efeitos sociais e políticos. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012.

MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. Opinião Pública, v. 12, nº 1, pp. 164-187, 2006.

MARQUES, F. J. A. Democracia on-line e o problema da exclusão digital. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014.

MASSARDIER, G. Poliquésaction publiques. Paris: Armand Colin, 2003. In: Políticas Públicas; Coletânea. Org.: Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, v. 2, 2006.

MEDEIROS, M. As Políticas Públicas de Inclusão Digital do Governo Lula (2003-2009) uma análise de programas e leis. 2010. 176 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MIRANDA, C. Z. O uso de indicadores na avaliação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. Artigo apresentado ao Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. Brasília, 2010.

NAJAR, A. Políticas públicas no Brasil: Estado de Bem-Estar Social ou de segurança nacional? Uma discussão sobre a política de saneamento para áreas urbanas entre 1970 e 1984. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida do IPPUR/UFRJ, 1991.

OLIVEIRA, I. F. Programa de inclusão sociodigital do estado da Bahia: construindo a

sustentabilidade para as políticas territoriais de inclusão sociodigital. In: Hetkowski, T. M. (Org). Políticas públicas & inclusão digital, Salvador, EDUFBA, 2008, 338 p.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD), 2014.

PORTAL DE NOTÍCIAS SECTET. Disponível em:

<http://www.sectet.pa.gov.br/noticias/expansao-do-navegar-par-interligar-treze-municípios-paraenses-com-fibra-optica>. Acesso

em: 15 de out. de 2016

PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA (PNBL). DECRETO Nº 7.175, DE 12 DE MAIO DE 2010.

RESOLUÇÃO Nº 001, de 08 de maio de 2015. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ COMISSÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES – COSIT.

RUEDIGER, M. A. **Governo eletrônico e democracia — uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública.** Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

ROTHBERG, D. **Contribuições a uma teoria da democracia digital como suporte à formulação de políticas públicas.** Revista CTS, nº 14, vol. 5, Maio de 2010 (pág. 69- 87).

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, L. de J. de S.; MENEGHETTI, G. A.; PINHEIRO, J. O. C.; GUIMARAES, R. dos R.; MORENO, A. A. **Análise de redes sociais como instrumento de compreensão da dinâmica organizativa de uma comunidade rural no Amazonas.** In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. Desigualdade, exclusão e conflitos nos

espaços rurais. Campinas: FEAGRI, 2014.

SILVEIRA, S. A. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica.** In: SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (org.). Software Livre e Inclusão Digital. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SILVEIRA, S. A. **A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania.** In: Hetkowski, T. M. (Org). Políticas públicas & inclusão digital, Salvador, EDUFBA, 2008, 338 p.

TIC DOMICÍLIOS 2015 - **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros.** Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

VAZ, J. C. **O acesso à tecnologia como objeto de política pública: direitos, democracia, desenvolvimento e soberania nacional.** In: TIC DOMICÍLIOS 2015 - Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.